SANEAR

A REVISTA DO SANEAMENTO

ANO XIV
N. 37

NOVOS TEMPOS, O MESMO COMPROMISSO: SANEAMENTO PARA TODOS OS BRASILEIROS

Com a aprovação do Novo Marco Legal, a Aesbe segue empenhada em construir um ambiente seguro e cooperativo para o setor

- Eficiência energética deve ser priorizada, diz câmara técnica da Aesbe
- Alceu Bittencourt, presidente da Abes, defende maior integração entre Estado e mercado
- Na Brazil Water Week virtual, especialistas mostram inovações no saneamento

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

icom

A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO COMEÇA AQUI

Há mais de 30 anos a Aesbe se dedica à regulamentação, à defesa de investimentos e ao avanço do setor de saneamento no Brasil, além de apoiar o trabalho das companhias estaduais. Suas associadas trabalham diariamente para levar abastecimento de água e tratamento de esgoto a mais de 200 milhões de brasileiros. Os desafios são muitos em um País de dimensões continentais com características diversas. Ainda assim, o índice de cobertura dos serviços só aumenta. Isso demonstra a amplitude e atesta o valor institucional dessas companhias.

AESBE: SANEAMENTO FORTE PARA TODOS

Acompanhe o trabalho da Aesbe e de suas associadas no site **aesbe.gov.br**

aesbe

Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

2021: UM ANO DECISIVO PARA O SANEAMENTO NO BRASIL

NICIAMOS O ANO DE 2021 COM NOSSAS VIDAS E ROTINAS DIÁRIAS AINDA AFETADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19. O início da vacinação nos traz a forte esperança de uma volta à rotina, ou melhor, de uma nova rotina, "o novo normal", com a consequente retomada das atividades econômicas no mundo inteiro.

Para o setor de saneamento, este ano será de grandes desafios, a começar pela análise dos vetos aos artigos da Lei nº 14.026 (Novo Marco Legal de Saneamento). O novo diploma legal deverá pôr fim à discussão legislativa, redirecionando os esforços dos agentes do setor para a implementação de ações que visem tratar dos decretos regulamentadores pendentes, bem como das normas de diretrizes gerais para a regulação e das legislações complementares. Essas ações são necessárias para dotar o setor de segurança jurídica, que permitirá a construção de arranjos operacionais, institucionais e legais, acelerar a ampliação da cobertura dos serviços (universalização dos serviços) e a melhoria dos serviços prestados.

Ressalte-se que os vetos emitidos pelo Poder Executivo Federal feriram profundamente o acordo realizado no Congresso Nacional para a aprovação da lei e têm atrasado uma série de discussões sobre temas que precisam ser tratados e concretizados. Um deles é o decreto que visa regulamentar a verificação da capacidade econômico-financeira dos operadores, para cumprir os contratos firmados com os titulares dos serviços de saneamento.

Essa espera pela votação dos vetos já atrasou em mais de sete meses discussões e ações que poderiam ter avançado durante o ano de 2020 e põe em risco o cumprimento dos prazos instituídos na própria lei, como o prazo estabelecido para a instituição da regionalização. Como poderemos definir regiões – sejam elas por blocos, microrregiões ou unidades regionais –, sem considerar os aspectos de operação compostos de sistemas integrados e de situações de diversidade de operação, na sua grande maioria geridos por empresas públicas, e que possuem uma diversidade de situações contratuais que sequer poderão renovar esses contratos? Vamos fazer uma "colcha de retalhos" olhando apenas a viabilidade financeira? E o aspecto de integração do território e a gestão da operação? Onde e quando serão considerados? E o processo de planejamento e integração com os recursos hídricos disponíveis? Não serão considerados? Essas questões devem encontrar respostas para podermos construir uma regionalização inclusiva e viável operacional, econômica e socialmente.

Outro ponto importante que deverá ter discussões e avanços, em 2021, é a regulação do setor, especialmente no tocante ao papel da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) como entidade que emitirá as normas de referência para o setor. Quanto a isso, buscar o equilíbrio, a clareza das regras e ter um olhar que permita enxergar um País que possui realidades distintas, observando e ponderando as desigualdades encontradas, será de fundamental importância para estabelecermos regras de regulação que busquem a melhoria dos sistemas, a universalização dos serviços e a preservação dos direitos dos cidadãos, sem que haja o engessamento de ações e exclusões de atores do setor.

Vejam que os temas até aqui tratados são bastantes desafiadores e instigantes, e não poderemos enfrentá-los e discuti-los apenas sobre o aspecto dicotômico e simplório do setor público versus setor privado. Problemas complexos requerem que tenhamos junção de esforços de ambos os setores/atores, e não uma dicotomia que afasta e reduz a possibilidade de uma sinergia técnica, financeira e operacional, tão necessárias neste momento.

Nem o setor privado sozinho irá resolver o saneamento do País nem tão só o setor público, mas, se quisermos avanços dos índices de cobertura e de eficiência no setor de saneamento, refletindo em uma melhoria para toda a população, há de se ter a junção de todos os atores, privados e públicos, em um verdadeiro pacto pelo saneamento do País.

Arquivo Aesbe

Marcus Vinícius Neves, diretor-presidente da Aesbe

Encontro Técnico AESABESP
32º Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente

FENASAN
31ª Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente

14 a 16 setembro/2021
Expo Center Norte
São Paulo · SP

APRESENTE SEU TRABALHO NO **MAIOR CONGRESSO DE SANEAMENTO** DA AMÉRICA LATINA!

Prazo de submissão: 21 de maio de 2021

Tema central: O saneamento ambiental no mundo em transformação

Temário:

- Desenvolvimento tecnológico e inovação
- Educação ambiental
- Eficiência energética
- Gestão empresarial e empreendimentos
- Legislação e regulação
- Manutenção eletromecânica
- Meio ambiente
- Mudanças climáticas
- Produtos, materiais e serviços
- Recursos hídricos
- Redução de perdas
- Resíduos sólidos e reciclagem
- Saneamento rural e em comunidades isoladas
- Saúde pública
- Sistemas de abastecimento de água / tratamento de águas superficiais e subterrâneas
- Sistemas de coleta de esgoto / tratamento de esgotos e efluentes
- Softwares e automação

***ENCONTRO TÉCNICO AESABESP** E **FENASAN** JUNTOS NOVAMENTE!*

Em 2021, a **Fenasan** estará de volta! Reconhecida pelo mercado como uma das mais importantes feiras de negócios do saneamento e meio ambiente da América Latina, vai reunir as principais empresas do setor para exibir as novidades em equipamentos, tecnologias e inovações.

Em paralelo, será realizado o **32º Encontro Técnico AESabesp**, importante fórum de discussões e de fomento de novas ideias, soluções e iniciativas.

Use a câmera do seu smartphone:

Informações: www.fenasan.com.br

PROMOÇÃO

AESABESP
Associação dos Engenheiros da Sabesp
34 ANOS

PATROCINIO COTA ESTANDE

eletra energy solutions

APOIO INSTITUCIONAL

SUMÁRIO

Shutterstock

18 MATÉRIA DE CAPA
Com um novo ambiente legal e regulatório no saneamento, e uma maior expectativa por avanços, a Aesbe inova ainda mais no assessoramento às companhias estaduais

6 ENTREVISTA
Alceu Bittencourt, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), defende um cenário de menor disputa e maior integração entre o poder público e a iniciativa privada

8 ÚLTIMAS
Fique por dentro das novidades sobre o saneamento

11 COLUNA DA ASSOCIADA
Nem mesmo a pandemia e a pior seca da história do Paraná impediram a Sanepar de atender a população e expandir seus serviços

14 INOVAÇÃO
Excelência, gestão e engajamento da comunidade: a fórmula para transformar o Novo Rio Pinheiros, um dos cartões-postais de São Paulo

16 SUSTENTABILIDADE
Em ambiente virtual, autoridades técnicas e acadêmicas de vários países debatem, na Brazil Water Week, experiências exitosas e premiadas de uso da água

24 CÂMARAS TÉCNICAS
A valorização da eficiência energética é uma das bandeiras defendidas pela Câmara Técnica de Desenvolvimento Operacional para o ano de 2021

26 AESBE NO CONGRESSO
Agora é hora de fiscalizar o cumprimento da nova legislação como forma de defender o acesso universal

29 BRASIL HÍDRICO
Confira as principais reportagens realizadas pelas empresas associadas

52 BEM-ESTAR
Aumenta o universo de pacientes com depressão que confirmam práticas de vida saudáveis e exercícios físicos como poderosos aliados na luta contra a doença

54 OPINIÃO
Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) defende condições favoráveis para cobrar mais eficiência e modernização das companhias estaduais

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Marcus Vinícius Fernandes Neves (Cagepa/PB). **Projeto Editorial, Gráfico, Design, Redação e Revisão:** iComunicação. **Capa:** Shutterstock. **Imagens:** Agência Senado, Agência Câmara, Arquivo Abes, Arquivo Aesbe, Arquivo Caer, Arquivo Cagece, Arquivo Casal, Arquivo Casan, Arquivo Corsan, Arquivo Deso, Arquivo Embasa, Arquivo pessoal, Arquivo Sanepar, Kaiky Fernandez Mateus Pareira/GOVBA, Shutterstock, Waldeir Cabral. **Impressão:** Gráfica Coronário. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Diretor-Presidente:** Marcus Vinícius Fernandes Neves (Cagepa/PB). **Diretores-Vice-Presidentes Regionais:** Neuri Freitas (Cagece/CE), Rogério Cedraz (Embasa/BA), Ricardo Soavinski (Saneago/GO), Armando do Valle (Cosama/AM), Carlos Eduardo Tavares de Castro (Copasa/MG) e Claúdio Stabile (Sanepar/PR). **Conselho Fiscal:** Roberta Maas dos Anjos (Casan/SC), James da Silva Serrador (Caer/RR) e Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN).

Arquivo Abes

ALCEU BITTENCOURT

Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Engenheiro civil pela Universidade Federal do Paraná, pós-graduado em Engenharia Hidráulica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e especialista em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi presidente da Abes – Seção São Paulo –, nos biênios 2013/15 e 2015/17, e do 29º Congresso da Abes. Integrou a Comissão Temática do Fórum Mundial da Água 2018, realizado no Brasil. Foi presidente, como representante da Abes, do Conselho de Orientação da Arsesp, Agência Paulista de Regulação de Serviços de Saneamento. É também diretor-superintendente da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape).

"NO SANEAMENTO, O DIÁLOGO NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO PELO AMBIENTE DE DISPUTA QUE VIMOS PREVALECER EM MOMENTOS DE DISCUSSÃO DO MARCO REGULATÓRIO. TODAS AS ENTIDADES PRECISAM INVESTIR NA RECONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO"

A **VIGÊNCIA DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO, OS ENSINAMENTOS DA PANDEMIA E A CRISE FISCAL** dos estados e municípios compõem o cenário do setor para 2021. Para comentar os desafios atuais e futuros, o presidente da Abes, Alceu Bittencourt, falou com exclusividade à Revista Sanear. Confira:

O que deve ser priorizado na agenda de saneamento ambiental do País para o ano que se inicia? Unir esforços para superar as dificuldades e, assim, oferecer o pleno atendimento e a universalização dos serviços. Nos preocupa o ambiente de disputa que se instaurou em detrimento da cooperação. É necessário reunir diligências dos municípios, dos estados, dos operadores estaduais, municipais e privados e das empresas prestadoras de serviço para estabelecer um ambiente mais cooperativo.

Em termos de tecnologia, o que há de novo nessa área? O setor de saneamento, nos últimos anos, tem avançado quanto à modernização tecnológica e à economia circular. O reaproveitamento energético já está na agenda do setor, tanto pelo remanejamento de gás de usinas das estações de tratamento de esgoto, como pelo bom uso fotoenergético e de energia nas redes de água, graças às turbinas instaladas nas válvulas redutoras de pressão.

Com relação ao novo cenário regulatório, o que o mercado e a sociedade podem esperar em curto e médio prazos? Há, no nosso setor, grande interesse e mobilização por participar e atuar. Porém, no processo de implantação do novo marco, tivemos danos causados por esse ambiente de disputa acirrada, inclusive com algumas propostas que consideramos muito radicais. Então, a curto prazo, podemos ter problemas e algum tipo de paralisia de financiamentos, provocados por incertezas e inseguranças jurídicas. Ainda falta muito detalhamento no sistema, o que pode gerar algum retardo a curto prazo. Isso deve se superar a médio prazo, quando, enfim, poderemos ter uma inversão dessas curvas, com um novo sistema funcionando de modo mais harmônico, cooperativo e produtivo.

Como fica a expectativa sobre a confirmação de investimentos e obras necessárias? É possível esperar um aumento de empresas privadas no mercado, atuando na construção civil, na indústria química, no fornecimento de insumos ou no fechamento de parcerias com estatais?

Com mais oportunidades, sem dúvida haverá uma ampliação de toda a cadeia produtiva do setor. Hoje já existe essa capacidade, mas, à medida que as demandas aumentarem, limitações aparecerão. Afinal, existem as dificuldades econômicas e ainda a pandemia contribuindo para agravar a situação de incerteza no mundo todo. Precisamos observar como será a retomada econômica brasileira no período pós-pandemia. Mas, com organização, sem dúvida haverá um crescimento nas oportunidades em toda a cadeia de fornecimento.

Por décadas, o saneamento básico do País esteve firmado em pilares como a democratização do atendimento por meio de subsídio cruzado e dos contratos de programa, o que permitiu que pessoas de regiões carentes ou mais abastadas pagassem valores mais igualitários pelos serviços de água e esgoto. O que não pode ser abandonado agora, com o novo cenário, para a manutenção de princípios de inclusão social e cidadania? O mecanismo de subsídio cruzado, que tem suas falhas, pode não ser o mais eficiente para a alocação de recursos, mas é o meio pelo qual o País conseguiu expandir o atendimento, não apenas para as áreas rentáveis, mas também para as áreas menos lucrativas. Ele precisa ser mantido ou substituído por formas similares. Isso está no espírito das mudanças que foram propostas, mas não temos a garantia de que irá acontecer. Corremos o risco de sobrecarregar as próprias contas públicas, caso o processo de contratação não seja bem estruturado e deixe essas áreas sem atendimento. O importante é organizá-lo de modo que os subsídios permaneçam no setor de saneamento e não sejam utilizados para cobrir problemas fiscais dos entes federados. Isso seria um erro em um sistema que já é deficitário. Os recursos precisam ser mantidos e utilizados de modo a oferecer soluções equânimes e equilibradas. O nosso receio é que se desmontem modelos que vinham funcionando, mesmo que com problemas, e seja feita a sua substituição por soluções que possam se mostrar mais problemáticas, caso não sejam muito bem estruturadas. De todo modo, o fundamental é que o detalhamento das alterações seja discutido com ampla transparência, publicidade e participação de todos os interessados.

"O MECANISMO DE SUBSÍDIO CRUZADO, QUE TEM SUAS FALHAS, PODE NÃO SER O MAIS EFICIENTE PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS, MAS É O MEIO PELO QUAL O PAÍS CONSEGUIU EXPANDIR O ATENDIMENTO, NÃO APENAS PARA AS ÁREAS RENTÁVEIS, MAS TAMBÉM PARA AS ÁREAS MENOS LUCRATIVAS."

Comente a importância do diálogo e da troca de experiências entre todos os entes do saneamento – companhias estaduais, entidades representativas (como a Aesbe e a Abes), iniciativa privada, indústria e comunidade científica – para o alcance da universalização do saneamento e a preservação ambiental. A opinião da Abes é a de que esse diálogo é muito importante. Ele não pode ser substituído pelo ambiente de disputa radicalizada que nós vimos prevalecer em momentos de discussão das mudanças do marco regulatório. Todas as entidades precisam investir na reconstrução de um ambiente de diálogo e cooperação. A Abes possui uma característica singular como a entidade mais antiga do setor, a que deu origem a todas as demais. Ela congrega profissionais e empresas de todas as formas de participação e é composta por prestadores de serviços estaduais, municipais, privados, de agências reguladoras, de universidades, de empresas de consultoria, da construção, da fabricação de equipamentos etc. Temos essa característica de poder representar o setor e damos muita importância a essa colaboração. Trabalhamos muito estreitamente com a Aesbe, da mesma forma que com a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e com a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcom), e achamos que é importante reconstituir um bom ambiente de cooperação. Ele vai ser muito importante para que se possa avançar efetivamente.

Arquivo Abes

Shutterstock

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NO ESPÍRITO SANTO VAI INJETAR R$ 580 MILHÕES NO SANEAMENTO E GERAR 3 MIL EMPREGOS

Em um exemplo de como o capital externo pode operar com o poder público, beneficiando toda a cadeia produtiva a serviço da sociedade, alguns municípios do Espírito Santo receberão coleta e tratamento de esgoto por meio do modelo de PPP. A Aegea Saneamento foi a vencedora do leilão realizado na B3 (Bolsa de Valores Oficial do Brasil, com sede em São Paulo) para a cidade de Cariacica/ES. Com expectativa de conclusão até o ano de 2030, o investimento previsto para infraestrutura e saneamento básico é de R$ 580 milhões, com a geração de 3 mil empregos diretos e indiretos. A Aegea – considerada a maior empresa de saneamento do segmento privado e sediada em São Paulo – já operava nos municípios capixabas de Vila Velha e Serra quando ganhou o leilão com uma proposta de tarifa de R$ 0,99 por metro cúbico de esgoto faturado, maior desconto sobre o valor estabelecido no edital.

AESBE ENVIA CONTRIBUIÇÕES PARA CONSULTA PÚBLICA DA PRIMEIRA AGENDA REGULATÓRIA

Como representante das companhias estaduais de saneamento – e, por isso, uma das principais atrizes no cenário do saneamento brasileiro –, a Aesbe enviou sua contribuição à Consulta Pública nº 003/2020, promovida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O pleito teve como objetivo colher insumos para propor parte da agenda regulatória para o saneamento básico dos anos 2020, 2021 e 2022. Mesmo antes do Novo Marco Legal do Saneamento ser aprovado em plenário no Congresso Nacional, a Aesbe já estreitava os laços de cooperação técnica com a ANA para municiá-la com as informações e as necessidades relacionadas ao setor.

Shutterstock

CAESB INVESTE R$ 230 MILHÕES PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Mesmo em tempos de pandemia, com a queda da atividade econômica e consequentes prejuízos, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) não só manteve como intensificou o atendimento à população nas atividades diárias de manutenção e ampliação da rede de distribuição de água e saneamento básico. Ao todo, R$ 230 milhões foram investidos em 19 obras de ampliação da disponibilidade hídrica, esgotamento sanitário e setorização de redes, levando dignidade e conforto para os moradores do Distrito Federal. No ranking das 500 maiores companhias do País da 9ª edição do Anuário Época Negócios – levantamento da Editora Globo em parceria com a Fundação Dom Cabral –, a empresa subiu 24 posições, passando do 384º para o 360º lugar, na disputa que adotou o critério de classificação de receita líquida. A receita líquida da companhia, em 2019, foi de R$ 1,88 bilhão, um crescimento de 18% em relação ao ano de 2018.

shutterstock

Shutterstock

ABAR DIVULGA NOVO PANORAMA SOBRE A REGULAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL

A Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) divulgou uma nova análise sobre a normatização na área de saneamento brasileiro. Os dados estão na 10ª edição da pesquisa "Saneamento Básico – Regulação". O estudo foi desenvolvido pela Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde (CTSan). O levantamento traz características gerais das agências participantes, com perfil financeiro, natureza dos quadros técnico, gerencial e de dirigentes, e aspectos da atividade regulatória voltada ao atendimento das exigências legais. A pesquisa sinaliza que um dos principais desafios para a universalização será alcançar os 3.378 municípios, de um total de 5.570, que ainda não possuem os serviços regulados, segundo o Censo de 2020.

SABESP INAUGURA PRIMEIRA USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR

Por meio do Programa de Geração Distribuída, a Sabesp inaugurou, em 2 de fevereiro, a primeira usina fotovoltaica do Programa de Geração Distribuída da Companhia. Situada em Orindiúva/SP, a unidade de energia solar possui capacidade de 1 megawatt (MW), com potencial de geração de 1,9 milhão de quilowatt-hora (kWh) ao ano. Tal volume é o suficiente para abastecer 780 residências, ou 44% da população do município. Orindiúva é um município operado pela Unidade de Negócio Baixo Tietê e Grande, da Sabesp, e fica próximo a São José do Rio Preto. A usina, mais um símbolo de inovação, eficiência e sustentabilidade, integra o programa estruturado para utilizar essa matriz energética como fonte limpa e renovável, refletida também em diminuição de custos. Durante o evento de inauguração virtual, o secretário estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, ressaltou a importância do Programa de Geração Distribuída para o meio ambiente. "Hoje, com esse exemplo da usina fotovoltaica, nós estamos trabalhando dentro da renovação da nossa matriz energética, de trazer energia renovável, energia limpa, gerando menos poluição, menos emissão de carbono e trazendo eficiência no gasto público", destacou. Uma das justificativas para a adoção de uma usina é o consumo de energia extremamente relevante na prestação dos serviços de saneamento básico, principalmente nas estações de bombeamento de água e esgoto, o que representa uma das maiores despesas do setor. A força produzida será suficiente para fornecer 4,5% de toda a energia consumida pela Sabesp, ou 60% de toda a energia elétrica consumida em baixa tensão na companhia, trazendo uma economia de cerca de R$ 50 milhões por ano em seus custos energéticos. Os créditos com consumo de eletricidade que a Sabesp utiliza em suas instalações operacionais de água e de esgoto, no município e em mais seis cidades da região, serão compensados com a energia produzida na nova usina. Entre as razões para a viabilização do empreendimento está o elevado índice de irradiação solar local, com média anual superior a 5,0 kWh/m²/dia. O investimento está em consonância também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga, ressaltou o espírito inovador presente no processo da energia distribuída por meio das usinas fotovoltaicas para o mercado de saneamento. "É uma solução interessantíssima, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista econômico. A Sabesp trabalha com inovação, trabalha com preocupação ambiental, com preocupação de governança e com a questão social", apontou.

SAIBA MAIS

O Programa de Geração de Energia Fotovoltaica por Geração Distribuída tem investimentos da ordem de R$ 250 milhões, financiados pelo BID Invest para a implantação das 33 usinas fotovoltaicas em áreas da companhia contíguas às instalações operacionais, principalmente no interior do estado. Com potência entre 1 e 4 MW, as unidades somarão cerca de 73 megawatt-pico de potência instalada. O diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente da Sabesp, Alceu Segamarchi Junior, comentou o significado da inauguração da usina e do programa. "Isso só reforça o compromisso da Sabesp com o meio ambiente e inova mais ainda nesse quesito. A Sabesp, que é a primeira empresa de saneamento do Brasil e uma das maiores do mundo, certamente é a primeira em inovação no investimento em fontes alternativas de energia limpa", afirmou.

Shutterstock

SANEPAR CONSOLIDA POSIÇÃO DE DESTAQUE ENTRE AS EMPRESAS PÚBLICAS DO PARANÁ

A companhia recebeu diversos prêmios por sua excelência e pela qualidade dos serviços prestados à população

MESMO EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA, SOMADO À PIOR SECA DA HISTÓRIA DO PARANÁ, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) segue empenhada em aperfeiçoar o atendimento à população e expandir seus serviços. Para isso, a companhia busca alternativas, contando sempre com a competência de seu corpo de gestores e técnicos na implementação de melhorias para superar as condições adversas e, assim, colher excelentes frutos.

No último ano, a Sanepar foi reconhecida como a segunda melhor empresa do Brasil, no ranking Melhores e Maiores 2020 da Revista Exame, na categoria Infraestrutura. Na classificação geral, que elenca as mil maiores empresas do Brasil em 2020, alcançou a 155ª posição, subindo 12 posições em relação ao ano passado.

A classificação elenca empresas por seus indicadores de desempenho. Em sua 47ª edição, destacou exemplos de resiliência e inovação em 20 setores da economia e em 12 segmentos do agronegócio. O ranking é elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), por meio de uma criteriosa avaliação de dados de mais de 3 mil empresas de diferentes setores da economia. Entre eles, índice de crescimento, rentabilidade, saúde financeira, participação de mercado e produtividade por empregado, além do voto popular. A pontuação total da Sanepar foi de 645, muito próxima à da primeira colocada, que obteve 710 pontos.

A Sanepar tem investido em inovação, especialmente na gestão de ativos, com foco na otimização do uso do patrimônio e demais recursos. Primando pela excelência na gestão e a fim de se adaptar ao cenário, o caminho foi fazer o melhor uso possível dos recursos de que a companhia dispõe, sempre com eficiência e responsabilidade.

O trabalho da Sanepar também foi reconhecido regionalmente. A empresa foi selecionada como a sétima entre as 100 maiores do Paraná e como a 18ª entre as 500 maiores da região Sul do Brasil, pelo "Ranking 500 Maiores do Sul". Além disso, foi a campeã na classificação "Serviços Públicos", quanto à rentabilidade líquida. Os dados analisados no estudo referem-se ao ano de 2019.

Atualmente, 345 municípios no Paraná e em Santa Catarina são atendidos pela

Sanepar investe em tecnologia para amenizar a crise hídrica no Paraná

companhia. O índice de atendimento com água tratada é de 100% e a cobertura de coleta de esgoto é de 74,7% da população urbana na área de concessão, sendo tratado todo o esgoto que é coletado. A Sanepar mantém uma das maiores estruturas do Brasil em saneamento básico: são 168 Estações de Tratamento de Água (ETAs) e mais de 55 mil quilômetros de rede de distribuição; 253 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e quase 38 mil quilômetros de rede de coleta. O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes, dados de setembro de 2020.

Durante a atual crise hídrica, que registrou os índices pluviométricos mais baixos das últimas décadas, a Sanepar executou mais de 20 medidas para compensar a queda na vazão de rios e poços, que impactou drasticamente a produção de água para o abastecimento público. Com essas ações, 4 bilhões de litros de água foram captados e ajudaram a amenizar a crise, que segue sendo enfrentada com muito empenho e dedicação pela Sanepar, em parceria com a população paranaense.

Sanepar foi reconhecida como a segunda melhor empresa do Brasil na categoria Infraestrutura pela Revista Exame

Arquivo Sanepar

Arquivo Sanepar

"NOSSO TRABALHO É PAUTADO PELO PLANEJAMENTO, COM METAS REAIS E PREVISÃO INTELIGENTE DE INVESTIMENTOS. ISSO NOS DÁ A CONFIANÇA DE QUE SEGUIREMOS SENDO DESTAQUE NO SETOR"

Diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile

"A Sanepar tem construído seu presente e seu futuro com um corpo técnico de excelência e alicerçada na governança e na inovação. Nosso trabalho é pautado pelo planejamento, com metas reais e previsão inteligente de investimentos. Isso nos dá a confiança de que seguiremos sendo destaque no setor", ressalta o diretor-presidente da companhia, Claudio Stabile.

A satisfação dos resultados alcançados e o reconhecimento do trabalho árduo e comprometido motivam a Sanepar a seguir buscando um trabalho de excelência, sempre visando a uma gestão inovadora e de qualidade para entregar, cada vez mais, melhores serviços aos seus clientes.

Shutterstock

NOVO RIO PINHEIROS

Programa agrega inovação, gestão e engajamento da comunidade para transformar um dos cartões-postais de São Paulo

EM 2019, O GOVERNO ESTADUAL E A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP) LANÇARAM O PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS. O objetivo é grandioso: despoluir um dos cartões-postais da cidade, por meio de diversas intervenções no leito de água e na área de abrangência de sua bacia hidrográfica. O trabalho abrange aproximadamente 271 quilômetros quadrados em Embu das Artes, Taboão da Serra e a própria cidade de São Paulo. Para isso, a Sabesp executa obras para conectar 533 mil imóveis à rede de esgoto, o que beneficiará 3,3 milhões de pessoas, com mais saúde e qualidade de vida. O programa elevará o nível de tratamento de esgoto, passando dos atuais 4.600 l/s para 7.400 l/s em 2022. No total, será investido R$ 1,7 bilhão em intervenções nas áreas das sub-bacias dos grandes afluentes do Pinheiros, além de ações socioambientais para engajar a população na recuperação das águas.

"Por ser tratar de um rio urbano, a água não será potável, nem estará apta para natação", explica o presidente da Sabesp, Benedito Braga. "Contudo, a população perceberá melhora no odor das águas, bem como o abrigo de vida aquática, melhorando a qualidade do rio de maneira geral. Além disso, será possível captar investimentos privados, como a concessão do transporte hidroviário para a melhoria da malha de transporte urbano", completa.

Até dezembro de 2020, mais de 120 mil imóveis foram conectados ao sistema de tratamento de esgotos. Essa ação é equivalente à de uma cidade de 360 mil habitantes, como Franca. E ainda foram implantados cerca de 96 quilômetros de tubulações de esgoto. As obras integram-se ao Projeto Tietê, o maior programa de saneamento ambiental do País, que, desde que foi iniciado, em 1992, já levou coleta e tratamento de esgoto a mais de 11 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Inovação que gera frutos | No programa, a Sabesp implementará diversas inovações ao setor de saneamento, como a despoluição direta nos cursos de água, inovações tecnológicas em áreas de urbanização irregular, nas quais o esgoto é lançado nos córregos porque as moradias não deixaram espaço para a instalação de coletores. As Unidades de Recuperação de Qualidade da Água (URQs) farão o tratamento dos afluentes diretamente nos arroios. Nesses locais, serão instaladas as URQs em cinco sub-bacias que apresentam núcleos de ocupação irregular, o que inviabiliza a implementação de infraestrutura de saneamento. Essas unidades vão retirar o esgoto remanescente desses núcleos, presente no corpo hídrico, de forma a despoluí-lo antes de desaguar no Rio Pinheiros.

"No programa Novo Rio Pinheiro, as ações são contratadas com base em performance, modelo de contratação de serviços que define indicadores e metas a serem atingidas pelas empresas, com a remuneração variando de acordo com o cumprimento desses objetivos previamente definidos pela Sabesp", acrescenta Benedito Braga. Dessa forma, não haverá pagamento apenas pelas

obras físicas, mas terá uma variável pelo resultado efetivamente obtido. Para avaliar o desempenho, serão consideradas metas como o total de novos imóveis conectados ao sistema de tratamento de esgotos e a qualidade da água do córrego. "A iniciativa tem como objetivo um rio despoluído e reintegrado à cidade e à vida dos paulistanos como opção de turismo e lazer. Mas os benefícios são muitos e influenciarão diretamente a vida das pessoas que recebem serviço de coleta e tratamento de esgoto", finaliza.

Um novo Rio Pinheiros: benefícios para todos | Pesquisa do Instituto Trata Brasil mostra que áreas que recebem saneamento têm aumento da produtividade no trabalho e no aproveitamento escolar, valorização de imóveis e estímulo ao desenvolvimento econômico. O meio ambiente é, ao mesmo tempo, favorecido com a despoluição de córregos e rios, a melhoria da qualidade do ar e a recuperação da fauna e da flora. As obras da Sabesp estão movimentando a economia e gerando empregos na área da construção civil e da indústria de materiais de construção. Somente nas obras do Novo Rio Pinheiros, serão cerca de 4,1 mil empregos diretos e indiretos, e as melhorias fomentarão o turismo, o lazer e o comércio nas áreas recuperadas do entorno do rio e dos córregos.

Engajamento das comunidades | Apesar de todo o investimento realizado em tecnologia e obras de infraestrutura pelo governo de São Paulo, pela Sabesp e pelos demais atores do programa, a despoluição vai muito além do saneamento e envolve questões como gestão dos resíduos sólidos, limpeza e desassoreamento de rios, limpeza de galerias de águas pluviais, controle do uso e ocupação do solo e das margens dos córregos, controle e fiscalização de fontes de poluição industrial e de áreas de preservação ambiental.

A conscientização a respeito do correto descarte do lixo e da importância de as pessoas conectarem seus imóveis à rede coletora de esgoto é fundamental para a despoluição. É preciso criar mecanismos para envolver a sociedade na causa e desenvolver uma identidade integrando os rios à paisagem urbana de maneira positiva. Por isso, há diversas ações que abrangem desde as pessoas que moram na região afetada diretamente pelas obras e melhorias, até as grandes empresas, passando por organizações não governamentais (ONGs), universidades, profissionais de comunicação e outras instituições.

De acordo com o presidente da Sabesp, a proposta de trabalho inclui ações socioambientais para engajar a população na recuperação dos cursos de água. Ademais, a empresa tem realizado parcerias com veículos de comunicação para disseminar as informações sobre o programa. Estão sendo realizadas ações de educação ambiental nos bairros e em espaços lúdicos (respeitadas as orientações e diretrizes das autoridades de saúde e do governo do estado de São Paulo), nas quais acontecem palestras com temas ambientais e mostras sobre o andamento e o legado das obras. "A recuperação de rios urbanos, especialmente em regiões metropolitanas, é uma tarefa complexa, que exige ações de várias instituições governamentais e não governamentais e, principalmente, mudança de comportamento da sociedade. Por isso, é preciso um novo olhar", finaliza Benedito Braga.

FAÇA SUA PARTE

Já foram retiradas mais de 18 mil toneladas de resíduos do Rio Pinheiros. Entre eles, garrafas PET, bicicletas, pneus e plásticos. Estima-se que, no Brasil, anualmente, são descartados incorretamente 140 milhões de bitucas de cigarro, que podem levar até 20 anos para se decompor.

A TRANSFORMAÇÃO DE UM RIO

01

O programa Novo Rio Pinheiros promove ações nas margens do rio, por meio do desassoreamento, com o plantio de espécies nativas, e nos seus arredores, onde ocorrem as obras para tratamento de esgoto.

02

Pela primeira vez em contratos para execução de obras de esgoto, as empresas foram contratadas por performance e ficarão responsáveis por todas as obras de ampliação e de adequação do sistema de esgoto. Quanto mais limpa ficar a água, maior será a compensação.

03

De forma inédita, dentro do processo para despoluição, serão adotadas tecnologias alternativas onde não for possível a expansão da rede de esgoto convencional (por exemplo, quando não há espaço para instalar as tubulações ou nas ocupações irregulares).

BRAZIL WATER WEEK

Especialistas de todo o mundo apontam soluções e desafios para a universalização do saneamento

Shutterstock

A SEMANA DA ÁGUA BRASIL OCORREU VIRTUALMENTE, ENTRE 26 E 30 DE OUTUBRO DO ANO DE 2020. Considerado o mais importante evento sobre água realizado no País, recebeu especialistas de 17 países, os quais discutiram sobre um dos temas mais pertinentes na agenda global: o acesso universal ao saneamento. O cerne da discussão foi o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que visa assegurar disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos.

Entre os palestrantes, estiveram presentes representantes de entidades internacionais, da comunidade acadêmica e profissionais de empresas do setor. Ao todo, foram mais de 50 horas de evento, com 30 sessões divididas em oito temáticas, entre elas: meio ambiente, mudanças climáticas e sustentabilidade. Várias soluções sustentáveis exitosas e premiadas foram apresentadas e debatidas como modelos a serem seguidos. Exemplo disso foi o caso de Medellín (Colômbia), que deixou de ser uma capital notoriamente violenta para se transformar em uma região engajada na inovação urbana sustentável.

Outra referência é o programa Novo Rio Pinheiros – executado pela Sabesp, em parceria com o governo de São Paulo –, que visa à revitalização e à mitigação do esgoto lançado nos afluentes do rio para a melhoria da qualidade da água [veja mais sobre o tema na editoria Inovação]. "As sessões sobre sustentabilidade foram muito inspiradoras. Abordamos vários aspectos relevantes nessa área, como reuso e dessalinização, cada vez mais valorizados em todo o mundo", diz Carlos Alberto Rosito, coordenador de Relações Internacionais e embaixador do evento.

Meta árdua | Foram debatidas, ainda, as muitas barreiras para se chegar às metas indicadas pelo Objetivo de Desenvolvimento 6 da ONU, bem como as previstas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e pela recente Lei do Saneamento. Esta última, por exemplo, prevê a expansão desse serviço básico, até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto.

Nesse sentido, para o presidente nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Alceu Guérios Bittencourt, que também participou da Brazil Water Week, só será possível dizer que o saneamento estará ao alcance de todos quando esse serviço chegar às regiões brasileiras pobres, carentes de infraestruturas e afastadas dos grandes centros urbanos. "Os desafios, em alguns estados do Norte e do Nordeste, indicam que, muito provavelmente, não atingiremos a universalização até 2033", frisa.

Avaliando a mesma questão, na abertura do encontro, o presidente da Aesbe e da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), Marcus Vinícius Neves, enfatizou a preocupação com as pequenas cidades, que podem ficar "esquecidas" com o Novo Marco do Saneamento. "Das 36 milhões de pessoas desabastecidas, 22 milhões vivem na zona rural, sendo 12 milhões na região Nordeste. Como a água e o esgoto chegarão a esses lugares que não têm renda per capita nem de um salário mínimo por mês?", questiona.

Comunicação eficaz | No último dia do Fórum, especialistas dedicaram-se a avaliar os desafios da comunicação e suas esferas (jornalismo, marketing, publicidade, comunicação corporativa, telecomunicações e redes sociais), de forma a envolver a sociedade nos temas da água e do meio ambiente nos próximos anos. "Sempre há muito o que aprender com os exemplos dos outros países. Além de termos que gerir bem os recursos escassos para o alcance da expansão do saneamento básico, precisamos fazer uma comunicação eficaz. O valor disso é indiscutível para envolvermos as pessoas nos temas que norteiam a água e o ambiente e conquistarmos maiores avanços", reforça Rosito.

Para quem deseja assistir às sessões, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) está liberando, a cada 15 dias, um bloco temático do Brazil Water Week no seu site oficial. A previsão é que a próxima edição do evento seja realizada, em 2021, na cidade de Curitiba.

ESPECIALISTAS DE 16 PAÍSES, ALÉM DO BRASIL

- >> + de 100 palestrantes
- >> 50 horas de discussão
- >> 30 sessões
- >> 8 temas, entre eles: meio ambiente, mudanças climáticas e sustentabilidade
- >> Participação de + de 2 mil pessoas do Brasil e de outros 11 países

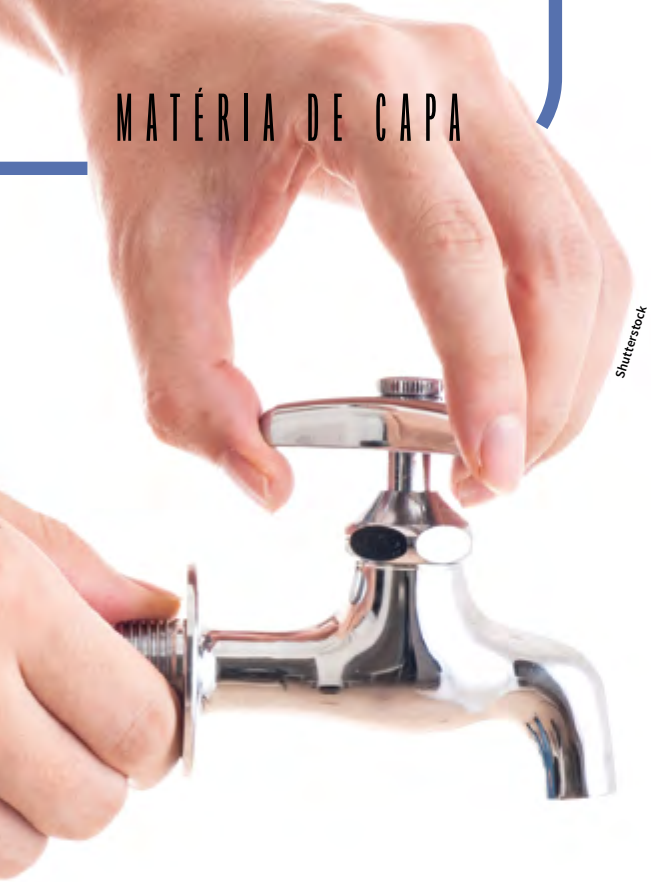
SOLUÇÕES INOVADORAS

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) apresentou o modelo de esgoto condominial como solução de curto prazo na universalização do saneamento. A inovação está na concepção do projeto, que transfere, para o interior do condomínio (quadra ou quarteirão urbano), a passagem dos ramais da rede. Isso reduz bastante a extensão de tubulação necessária. A empresa é referência no Brasil e no exterior na utilização do sistema.

COMPROMISSO COM A UNIVERSALIZAÇÃO

Aesbe inaugura a agenda 2021 empenhada em garantir os recursos, a segurança jurídica e a eficiência da operação para fazer do saneamento política pública prioritária em todo o Brasil

Shutterstock



Shutterstock

UM ANTIGO DITADO, EMPRESTADO DO MUNDO DO FUTEBOL, ENSINA QUE "EM TIME QUE ESTÁ GANHANDO NÃO SE MEXE". Quando o assunto é o saneamento brasileiro e seus muitos desafios, as companhias estaduais dão mostras de que estão no caminho certo para vencer o jogo. Afinal, para alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto, prevista para o ano de 2033, o cenário é desafiador, mas promissor. Prova disso são os números oficiais. Segundo dados do Diagnóstico de Prestação dos Serviços de Saneamento Básico 2019 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgados já no início de 2021 pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, as ligações às redes de água tratada registraram alta, indo de 57,2 milhões em 2018 para 59,1 milhões em 2019. Em relação às redes coletoras de esgoto, no mesmo período, a extensão total do País aumentou de 325,6 mil quilômetros para 354,3 mil quilômetros. Brasil afora, as empresas do setor demonstram que, com investimentos, é possível tornar realidade obras importantes. A gestão adequada de recursos hídricos, tarifas justas e outras iniciativas indicam o seu compromisso com os brasileiros.

Por isso, mexer as peças levando a mudança radical no atual modelo, com risco de inviabilizar as companhias estaduais, por exemplo, pode significar retrocessos graves em detrimento de toda a população brasileira de áreas urbanas, como a paralisia na prestação dos serviços ou um disparo tarifário. Nesse sentido, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) inaugurou sua agenda de 2021 com o compromisso ainda maior de acompanhar de perto e atuar em defesa da prestação de serviços regionalizada com tarifas justas e atendimento de qualidade.

Dúvidas sobre a nova legislação justificam ainda mais o trabalho consultivo prestado pela Aesbe às companhias estaduais

Shutterstock

Shutterstock

Waldeir Cabral

Marcus Vinícius Neves, presidente da Cagepa e diretor-presidente da Aesbe

EXPECTATIVAS

Entre outras mudanças, o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) trouxe novas atribuições à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como uniformizar a regulação técnica e tarifária do setor, definir padrões de qualidade e ciência na prestação do serviço e na manutenção e operação dos sistemas de saneamento básico e emitir normas de referência. Para o presidente da Aesbe, Marcus Vinícius Fernandes Neves, Estado e mercado podem e devem buscar soluções conjuntas para os problemas, jamais atuando como meros concorrentes. "Não pode deixar de haver, no País, investimentos públicos. Só os privados não vão conseguir atender a todos os brasileiros. As companhias estatais de saneamento são estrategicamente um instrumento de desenvolvimento do Estado", defende.

Já o presidente da Companhia de Saneamento de Goiás S.A. (Saneago), Ricardo Soavinski, lembra que a Aesbe trabalha na definição de uma comissão para ampliar e fortalecer, a partir de 2021, o papel governamental do saneamento em seu estado, incluindo outras frentes, como resíduos sólidos e drenagem. Contudo, não descartou a sinergia com o capital particular. "As parcerias são um ponto que discutimos muito na Aesbe, entre presidentes e equipes. Há muito por fazer na maioria dos estados e, claro, parcerias com o setor privado são bem-vindas", garantiu. Em Goiás, o índice de atendimento para o abastecimento de água tratada chegou a 97,30% da população, e a 64,40% e 92,85% para o índice de atendimento de coleta de esgoto e o índice de tratamento de esgotamento sanitário, respectivamente.

O presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, e um dos vice-presidentes da Aesbe, Rogério Cedraz, também destacou a necessidade de sinergia entre os atores públicos e privados, inclusive em razão das muitas dúvidas que envolvem os novos rumos do saneamento brasileiro. "O Novo Marco Legal ainda carece de definições mais claras para que vislumbremos, de modo preciso, qual será o novo e definitivo cenário a ser enfrentado. Só a partir daí teremos condições de traçar um plano nacional efetivo para garantirmos a evolução do saneamento que a população brasileira merece", afirmou.

Enquanto a expectativa pelos esforços conjuntos entre entes governamentais e privados se mantém, as companhias estaduais seguem trabalhando. Na Bahia, ações como o Programa Água para Todos (PAT), iniciado em 2007, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Saneamento) do governo federal, resultaram na implantação de cerca de 1,6 milhão de novas ligações de água, um avanço de 70% no número de imóveis que não tinham água na torneira. As novas ligações concentraram-se principalmente nas localidades situadas no semiárido baiano. Na área de esgotamento sanitário, os números impressionam ainda mais. Foram 935 mil novas ligações no período, um acréscimo de 188%.

Neuri Freitas, presidente da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), por sua vez, lembra da importância de as companhias estaduais desenvolverem planos exequíveis para atingir os seus objetivos e buscar financiamentos rumo à universalização do saneamento. "Dificilmente uma empresa terá recursos próprios para isso, mesmo se for privada. Por isso, é importante pensar nas formas de captação desses recursos com os bancos federais, o mercado de capitais, a negociação de ações etc." Apesar das dificuldades vindas com o ano de 2020 e o coronavírus, a Cagece trabalhou de forma resiliente. Em 2021, quando chega ao seu cinquentenário, estão previstos investimentos com valores acima de R$ 600 milhões, um índice histórico. Uma medida importante do governo do Ceará durante os seis primeiros meses da pandemia foi a isenção da tarifa de água para categorias de baixa renda. A iniciativa exigiu a adaptação financeira da companhia, que decidiu realizar atividades em *home office* e reuniões por videoconferência, com diversas discussões sobre os impactos na operação, os cuidados com os trabalhadores e equipes de campo, as medidas de isolamento, os impactos na receita das isenções concedidas, o choque da economia e as mudanças nos hábitos dos consumidores.

Rogério Cedraz, vice-presidente da Aesbe e presidente da Embasa: Novo Marco Legal ainda precisa de definições mais claras

Mateus Pereira/GOVBA

COMPROMISSOS COM A POPULAÇÃO

A Aesbe começou 2021 preparada para o cenário trazido pelo Novo Marco Legal do Saneamento:

- **Busca de eficiência máxima** e redução de custos operacionais;
- **Aumento da representatividade e da assessoria** das companhias estaduais para universalizar o saneamento, com preços justos para todos;
- **Aumento das parcerias público-privadas (PPPs)** para acelerar investimentos;
- **Captação de novos investimentos** e estudo de novas modelagens (recursos provenientes do BNDES, por financiamento de Projeto Multissetorial Integrado);
- **Ampliação dos valores investidos** também por meio do governo federal e de governos estaduais;
- **Exploração de novos mercados**;
- **Promoção da cultura de inovação**, pesquisa e adoção de novas tecnologias;
- **Adoção de fontes de energia renováveis**.

A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO

Mesmo com os desafios trazidos pela pandemia em 2020, as companhias estaduais de saneamento protagonizaram a expansão do saneamento e mantiveram os investimentos para ampliação de obras e serviços

A Aesbe fomenta a troca de novos conhecimentos e tecnologias para universalizar o saneamento à população urbana do Brasil

NÚMEROS BRASILEIROS DO SANEAMENTO

ÁGUA TRATADA

- **83,7%** da população urbana atendida;
- Redes em áreas urbanas: **680,4 mil quilômetros** em 2019, contra os **662,6 mil quilômetros** apurados em 2018;
- Ligações às redes: alta de **57,2 milhões** em 2018 para **59,1 milhões** em 2019.

EFLUENTES SANITÁRIOS (ESGOTO)

- **61,9% da população** urbana atendida;
- **354,3 mil quilômetros** de redes coletoras de esgoto, contra **325,6 mil quilômetros** no ano anterior;
- Ligações: **34,6 milhões** em 2019, contra **32,5 milhões** em 2018.

Dados: SNIS

CÂMARAS TÉCNICAS

Por meio de suas dez câmaras técnicas, a Aesbe desenvolve estudos e trabalhos de interesse das companhias estaduais de saneamento associadas. Neste novo momento do saneamento brasileiro, esses grupos terão um papel fundamental, com a apresentação de diversas altas e projetos estruturantes. Seus integrantes, todos servidores de carreira de companhias estaduais – conforme determina o regimento da Aesbe – buscarão ainda mais sinergia e atuação sistêmica para auxiliar as empresas nas suas tomadas de decisão.

"É assim que a Aesbe renova seu compromisso de lutar pelo acesso democrático ao saneamento, em que principalmente os municípios menores e de baixa renda acessem água tratada e esgotamento sanitário com melhor qualidade, a preços módicos", pontua o presidente da Aesbe. "A Associação tem a oportunidade de fazer a interlocução com a sociedade, o mercado, o Congresso Nacional e o governo federal, para discutir as políticas públicas, defender os interesses das companhias estaduais, trazer e compartilhar novos conhecimentos para a melhoria da eficiência dos sistemas operacionais e proporcionar a adequação das empresas aos normativos em vigor", conclui Marcus Vinícius Neves.

FOCO NA REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA

Câmara Técnica de Desenvolvimento Operacional defende qual estratégia deve ser estabelecida em todas as companhias de abastecimento

Arquivo pessoal

Alexandre Gomes, superintendente regional de Operações da Saneago e Coordenador da CDO

STUDO DO INSTITUTO TRATA BRASIL, EM PARCERIA COM A WATER. ORG, revela que as perdas de água são um grave problema para o setor de saneamento. Os dados mais recentes, de 2018, mostram que o País perde quase 40% de água tratada, resultado de vazamentos, roubos, fraudes, entre outros motivos. Atenta a essa realidade, a Câmara Técnica de Desenvolvimento Operacional (CDO) tem como objetivos, em 2021, o combate à perda hídrica, a valorização da eficiência energética e a melhoria da gestão das companhias de abastecimento. "A diminuição dos riscos evita perdas econômicas. Colocar em prática medidas solutivas trará melhores resultados financeiros para as companhias, além de impactar positivamente a sociedade", diz Alexandre Gomes, superintendente regional de Operações da Saneago e coordenador da CDO.

Para um trabalho mais eficiente, o primeiro passo é compilar dados mais concisos sobre essas perdas em todo o País. Para isso, no início do ano, a câmara técnica entregará ao ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, nota técnica sugerindo melhorias nas informações do SNIS, para possibilitar a realização do Balanço Hídrico Nacional, o que melhoraria, em muito, o diagnóstico das perdas em todo o País. Também estão na pauta avanços no debate a respeito do indicador Nível Econômico de Perdas (NEP), tema central do Novo Marco Legal do Saneamento e presente nas normas de referência a serem estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). "Com a lei, os contratos de programa precisam ter metas de eficiência, tanto em perda hidráulica quanto energética", reforça Alexandre.

Mais uma temática para 2021 será a avaliação da eficiência energética das companhias, o que vai possibilitar a identificação de sistemas com baixo rendimento e, assim, auxiliar a definição de ações para a melhoria da eficiência operacional. Tudo isso visando, mais uma vez, à diminuição do desperdício de água tratada nas cidades. A Sabesp, por exemplo, adota a metodologia do ProEESA (Projeto de Eficiência Energética no Abastecimento de Água), que foi pactuado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em parceria com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Para o coordenador da câmara, outra questão que dificulta a assertividade desse trabalho é a falta de um posicionamento quanto aos vetos do marco do saneamento. "As empresas de saneamento, tanto públicas quanto privadas, estão esperando essa decisão. Caso os vetos sejam mantidos, todo o planejamento será voltado para as cidades com contrato de programa. Caso não sejam mantidos, o direcionamento de recurso e estratégia será outro. Por isso, estamos no aguardo para saber onde investir, com a segurança jurídica garantida pelo marco legal", finaliza.

ASSUNTOS MAIS ABORDADOS PELA CÂMARA TÉCNICA EM 2020

- >> Pandemia
- >> Mix econômico de perdas
- >> Balanço hídrico

Shutterstock

MANUAL DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA SERÁ GRANDE MARCO PARA 2021

A expectativa da Câmara Técnica de Contabilidade e Finanças é de que a Aesbe produza, ao longo do ano, material que servirá de referência para todas as empresas do setor de saneamento

Arquivo pessoal

Edmar Zorzal, gerente financeiro e contábil da Cesan e coordenador da Câmara Técnica de Contabilidade e Finanças (CTCF)

A **CÂMARA TÉCNICA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (CTCF)** tem boas expectativas para 2021. Um dos principais objetivos definidos em reunião, no mês de dezembro, foi a produção do Manual de Contabilidade Regulatório. O documento visa transmitir, de maneira detalhada e simplificada, a aplicação de normas a serem adotadas por todas as companhias de saneamento. "Toda empresa de saneamento precisa implementar uma contabilidade regulatória para realizar revisão e reajuste tarifário. Com o manual, esse processo será mais rápido e assertivo", diz Edmar Zorzal, gerente Financeiro e Contábil da Cesan e coordenador da Câmara Técnica de Contabilidade e Finanças (CTCF).

A expectativa é que o manual seja construído pela Aesbe, juntamente à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que regulará o setor de saneamento do Brasil. "O tema será objeto de grandes discussões para o próximo ano, quando as companhias estaduais terão a necessidade de se antecipar em tudo que a ANA vai impor. Como disse anteriormente, para realizar a revisão tarifária, as empresas precisam implementar uma contabilidade regulatória. Sairíamos bem à frente tendo a Associação como interlocutora com a ANA", completa.

Balanço | O ano passado deixou alguns marcos para CTCF. O impacto na área financeira sofrido durante a pandemia foi o principal deles. "Muitas empresas aderiram às postergações tributárias permitidas pelo governo federal, o que auxiliou o equilíbrio de caixa", disse. Outra pauta relevante foi a aplicação das normas de Comitês de Pronunciamentos Contábeis – CPC 47 e 48. A primeira trata exclusivamente do reconhecimento das receitas referentes aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário por parte das empresas. A segunda corresponde aos instrumentos financeiros e o seu tratamento sob o aspecto societário. "Em momento de pandemia, eventos como esses são fundamentais para o fortalecimento do setor de saneamento e para a troca de experiências entre as empresas", encerra Zorzal.

ASSUNTOS DESTAQUES DO ANO DE 2020

- Construção do Manual Regulatório de Contabilidade
- Adesão de postergações tributárias que o governo federal proporcionou, mantendo o dinheiro em caixa
- CPC 47 e CPC 48

Shutterstock

EM DEFESA DO SANEAMENTO PARA TODOS

Com a vigência do Novo Marco Legal, é preciso fiscalizar o cumprimento da lei e continuar defendendo o acesso universal

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO (AESBE) vive um dos maiores momentos de protagonismo em sua atuação parlamentar. Desde as medidas provisórias do ano de 2018, que, em detrimento das companhias estaduais, tentaram mudar, à força, as regras do saneamento no País, até a aprovação da Lei nº 14.026/2020, o chamado Novo Marco Legal, foram inúmeras as ações em defesa do interesse da população e de suas associadas.

O objetivo das ações é estabelecer um ambiente legal adequado à realidade do País, no qual empresas públicas e iniciativa privada possam atuar juntas em favor da universalização dos serviços. Além disso, a Aesbe luta para fortalecer o trabalho das companhias estaduais, demonstrando a importância e o valor institucional dessas empresas para levar água e esgoto tratados até mesmo para a população distante dos grandes centros e com menor poder econômico.

Seja ao debater o saneamento com a sociedade em diversas audiências públicas ou ao apresentar aos deputados e senadores os verdadeiros desafios para a universalização no Brasil, a associação está permanentemente no Congresso Nacional. Isso demonstra o compromisso da associação com a gestão e o avanço do saneamento brasileiro.

Muitos políticos já compartilham o mesmo sentimento, caso da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT/RN). "Água é um direito de todos", lembra Fátima, uma das mais ferrenhas defensoras da democratização do saneamento. Em entrevista exclusiva para a Revista Sanear, a única mulher da atual legislatura a comandar uma unidade da federação, alertou para diversos cenários que envolvem o Novo Marco Legal, alguns nada positivos, como a insegurança jurídica que ele pode causar.

A governadora ressaltou que, além de o texto final do marco não agradar parte considerável de governadores e parlamentares, outro ponto que causa divergência são os vetos presidenciais, que ocorreram em julho, na sanção da nova lei. A retirada dos arts. 14 e 16, objeto de extensa negociação com membros do governo – inclusive dos líderes da Câmara e do Senado –, abre caminho para futuros embates, agora em âmbito judicial.

"As negociações, antes travadas com governadores, foram simplesmente descumpridas. Além dos vetos decididos pelo presidente da República, a demora de mais de seis meses para apreciação pelo Congresso demonstra a influência do interesse privado no processo. Esse atraso cria dificuldades para as companhias estaduais de saneamento – gerando insegurança jurídica e prejuízos para a própria população –, traz

Shutterstock

Shutterstock

possibilidades de judicialização e trava o sistema como um todo, em vários locais. Na hora em que se iniciar a licitação para um determinado munícipio e não houver concordância, é claro que se judicializará. E isso leva a atrasos e problemas maiores", explicou Fátima Bezerra.

Um dos artigos vetados trata da indenização prévia para não prejudicar o setor público. O outro, da possibilidade de renovação dos contratos por um período de transição mínimo necessário para as companhias de água. A governadora considera a defesa do setor de extrema importância para toda a população e afirma que os vetos, além de ferirem os acordos feitos no âmbito do Congresso Nacional, vão de encontro à cidadania e à dignidade do povo brasileiro. "Muitos aprovaram o marco por acreditarem no compromisso de que não haveria vetos. A transição para que as empresas públicas possam se adaptar ao Novo Marco Legal é essencial. Assim, reforço que o governo federal precisa derrubar os vetos", finaliza.

Blocos Regionais | Uma das novidades da nova legislação é a operacionalização do saneamento em blocos regionais, hipótese longe da viabilidade, na opinião de Fátima Bezerra. "Um novo marco é necessário, mas, da forma como está, prejudicará principalmente os menores municípios do País, os que mais precisam de um item essencial à vida, que é a água."

Agência Senado

"UM NOVO MARCO É NECESSÁRIO, MAS, DA FORMA COMO ESTÁ, PREJUDICARÁ PRINCIPALMENTE OS MENORES MUNICÍPIOS DO PAÍS, OS QUE MAIS PRECISAM DE UM ITEM ESSENCIAL À VIDA, QUE É A ÁGUA"

Fátima Bezerra (PT/RN), governadora do Rio Grande do Norte

Para ela, os blocos regionais não vão resolver os problemas dos municípios pequenos, inviáveis financeiramente. A modicidade tarifária é um dos princípios fundamentais para a universalização do saneamento. "Não se pode exigir de um determinado cidadão que não consegue pagar uma certa tarifa, que o faça e fique sem água. Porque, como falamos, água é fundamental à vida. Não é como outros tipos de serviços dos quais você pode abrir mão, porque são supérfluos. O Estado precisa ter esse bem essencial sob seus cuidados e trazer o setor privado para perto, a fim de que, juntos, invistam e universalizem o serviço", concluiu Fátima Bezerra.

A Aesbe reafirma sua confiança no Congresso Nacional, não somente no sentido de votar pela derrubada dos vetos, como também para defender o que foi acordado e fazer cumprir todas as diretrizes trazidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

BRASIL HÍDRICO

Notícias sobre as Companhias Estaduais de Saneamento Básico

Shutterstock

30 | Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – Caer
32 | Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb
34 | Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece
36 | Companhia de Saneamento de Alagoas – Casal
38 | Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan
40 | Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan
42 | Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe – Deso
44 | Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa
46 | Companhia de Saneamento do Paraná– Sanepar
48 | Companhia de Saneamento de Goiás – Saneago
50 | Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

CAER AMPLIA INVESTIMENTOS NA REDUÇÃO E NO CONTROLE DE PERDAS

Companhia de Águas e Esgotos de Roraima comemora 52 anos com investimentos e melhorias técnicas

Por: Assessoria de Comunicação da Caer

ÀS VÉSPERAS DE COMPLETAR 52 ANOS DE CRIAÇÃO (4 DE MARÇO), a Caer (Companhia de Águas e Esgotos de Roraima) vem passando por reformulação administrativa e operacional. A diretoria da empresa tem implantado melhorias em todos os municípios, o que inclui a reforma dos escritórios de atendimento, a revitalização das estações de tratamento, a perfuração de poços artesianos e a execução de obras de extensão de rede.

Para 2021, um dos maiores desafios da companhia é a redução de perdas que trazem impactos negativos para a receita e prejudicam os investimentos necessários. Diante dessa realidade, o presidente da Caer, James Serrador, anunciou as medidas que serão adotadas, como a fiscalização das ligações irregulares e ligações clandestinas, a instalação de hidrômetros, o reforço da política de cobrança (com ênfase nos inadimplentes) e a supressão (corte), garantindo, assim, a boa prestação do serviço a todos os roraimenses.

"Estamos investindo em todos os municípios, em especial na capital, onde tivemos o prazo do contrato de concessão do serviço estendido até 31 de março de 2022. Vamos iniciar as ações para reduzir as perdas, com estrutura operacional e logística para regularizar os clientes e cobrar devidamente pelo serviço, o que reforça os investimentos que estamos fazendo", afirmou.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA – CAER

Arquivo Caer

"Estamos investindo em todos os municípios, em especial, na capital, onde tivemos o prazo do contrato de concessão do serviço estendido até 31 de março de 2022", James Serrador, presidente da Caer

Investimentos | A Caer adquiriu 45 mil hidrômetros, que serão instalados em novas ligações de água e utilizados para a substituição tanto de equipamentos defeituosos que não tenham mais conserto como dos que foram furtados das residências. Também foram trocadas as bombas do Centro de Captação, localizado no Bairro São Pedro, para reforçar a produção diária de água potável na capital. Cada bomba instalada tem capacidade de captação de 450 litros por segundo e potência de 300 cavalos-vapores.

As ações da empresa, em Boa Vista e no interior, seguem um cronograma de melhorias do governo do estado. Nos 11 Centros de Reservação e Distribuição (CRDs) da capital, foram instaladas bombas de 10 e 15 cavalos-vapores de tensão e 440 volts de potência, aumentando a capacidade de vazão e, consequentemente, o bombeamento e levando, assim, mais água aos bairros.

No dia 29 de dezembro do ano passado, o governo de Roraima inaugurou o CRD do bairro Cidade Satélite, que está beneficiando 40 mil pessoas. A estrutura tem capacidade para armazenamento de 2,1 mil litros. A obra foi executada pela Seinf (Secretaria de Infraestrutura), em parceria com a Caer, e compreende um reservatório apoiado de 1.800 metros cúbicos, um elevado de 300 metros cúbicos, uma estação elevatória de água tratada, um prédio para abrigar a unidade de tratamento de água e dois poços profundos.

No bairro Pintolândia, o posto de atendimento da Caer será reativado nos próximos dias para funcionar em horário comercial, com negociação de dívidas, atualização cadastral, emissão de certidão negativa de débitos e demais serviços disponíveis na loja central. O local parou de funcionar em janeiro de 2017 e passou por reforma completa antes de retornar às atividades.

A empresa iniciou, em janeiro, pelo bairro Jardim Tropical, a atualização cadastral das ligações de água dos moradores de Boa Vista. O objetivo da ação é regularizar, no âmbito da rede de distribuição, o maior número de residências possível, de forma padronizada. Serão cadastrados todos os imóveis que mantêm ligações irregulares ou que não possuem hidrômetros ou ligação de água.

Arquivo Caer

Serão investidos R$ 5 milhões para a perfuração de poços artesianos na capital e no interior

Caer investe R$ 5 milhões na perfuração de poços artesianos | A Caer está investindo R$ 5 milhões em recursos próprios para a perfuração de poços artesianos na capital e no interior do estado. Em 2020, foram perfurados em Boa Vista dez poços para atender aos bairros Cidade Santa Cecília, Cidade Universitária, Conjunto Pérolas do Rio Branco, Cinturão Verde, São Bento, Jardim Tropical, Araceli Souto Maior, Operário e 13 de Setembro.

Somados aos que já estavam ativos na capital, a empresa tem 68 poços em operação. No interior, foram perfurados, em 2020, oito poços para atender aos municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Cantá. Em 2021, foram perfurados dois poços em Mucajaí e em Iracema e outros dois estão em fase de conclusão.

Somada a isso, a expansão de rede nos dois últimos anos tem reforçado o abastecimento na capital e no interior. De janeiro de 2019 a janeiro de 2021, foram concluídos mais de seis quilômetros de expansão de rede de água (6.690 metros) incluindo a área rural, como a Vila Passarão. Atualmente, a Caer dispõe de 1.117.537 metros de rede em toda a área que abrange o município de Boa Vista.

No interior, a rede de água, nesse mesmo período, foi expandida em mais de seis quilômetros (6.400 metros) nos municípios de Bonfim, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis, Caroebe e Cantá. Em Amajari, estão em execução mais 500 metros e, em Iracema, mais 3.780 metros, ambos nas sedes dos municípios.

Em Pacaraima, a Caer revitalizou o principal tanque de armazenamento do sistema de distribuição do município em 2020. O investimento, de R$ 295 mil, contemplou a reforma de toda a estrutura do reservatório apoiado, do reservatório elevado e da estação elevatória de água tratada. O sistema tem capacidade para o armazenamento de 3 milhões de metros cúbicos de água.

A Caer vai investir R$ 300 mil dos seus recursos para modernizar o sistema de abastecimento de água de São João da Baliza, efetuando melhorias no escritório da empresa e reforma na casa de química, na estação de tratamento de água, na estação elevatória de água tratada e no reservatório apoiado. E, em São Luiz, serão investidos R$ 650 mil, também de recursos próprios, na construção da sede administrativa e da casa de máquinas e na recuperação do reservatório elevado e do reservatório apoiado.

CAESB FARÁ A SUBSTITUIÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUA EM TODO O DISTRITO FEDERAL

Na primeira etapa dos trabalhos, as três regiões mais populosas serão beneficiadas

Por: Assessoria de Comunicação da Caesb

A **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL (CAESB)** deu início à implementação do Plano de Manutenção Preventiva Programada de Substituição de Ramais. O objetivo é melhorar as redes e os ramais de distribuição de água em todo o Distrito Federal, diminuindo vazamentos e, consequentemente, o índice de perdas da companhia, o que proporcionará maior confiabilidade ao sistema. O projeto prevê a substituição de 20.360 ramais prediais de água até 18 de fevereiro de 2022, mas o contrato permite que esse número chegue a, aproximadamente, 30 mil. Na primeira etapa, serão substituídos 165 ramais prediais em Ceilândia, 157 no Gama e 487 no Jardim Botânico. Essas áreas foram escolhidas por apresentarem alta incidência de vazamentos e por terem uma infraestrutura mais antiga.

Durante o período de execução, além da substituição de ramais, as equipes de manutenção da Caesb farão levantamento de dados, manutenção da rede de água, inspeções e pesquisa de vazamentos. Os serviços externos preveem a recomposição de pavimentação asfáltica e, internamente, nas residências, a companhia deve realizar a recomposição de calçadas, muretas e paredes onde for realizado o serviço.

O superintendente de Operação e Manutenção de Redes Oeste-Sul, Mauro Laerte, explica que a Caesb possui em seu estoque o material necessário a ser utilizado durante as obras. Já a mão de obra será executada pelas empresas terceirizadas contratadas pela companhia. "A implementação adequada e completa dessas melhorias resultará em maior eficiência do sistema. Por isso, a Caesb pede a colaboração de todos os moradores durante o processo", finaliza.

Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) | O Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB), elaborado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), em parceria com a Caesb e outras empresas do Distrito Federal, tem como base a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Uma das premissas do PDSB é a de que os vazamentos em ramais prediais são os principais responsáveis pelas atuais perdas do sistema. Dessa forma, há a recomendação de uma gestão da infraestrutura, englobando a instalação e a manutenção das tubulações onde os ramais estão incluídos. Eles devem ser padronizados e executados com material de melhor qualidade. Em cenários desejáveis de redução do índice de perdas da Caesb, cerca de 2% dos ramais prediais devem ser substituídos, por ano, em locais onde ocorre maior incidência de vazamentos.

Conheça o Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB): www.caesb.df.gov.br/images/arquivos_pdf/plano-distrital-saneamento-basico.pdf.

Arquivo Caesb

corretivas no ramal do cliente, aumentar a segurança na qualidade da água, ter menos despesas operacionais na companhia e menos pressão sobre os recursos hídricos. Assim, toda a sociedade ganha com o uso racional desse importante insumo.

O combate às perdas de água tem sido um esforço permanente na Caesb. Qual é a redução do índice de perdas esperado com a obra? Conforme literatura técnica, as perdas em ramais são estimadas em aproximadamente 80% das perdas reais do sistema. Dessa forma, é importante frisar que alcançaremos uma redução proporcional nas perdas, tanto quanto seja o percentual da relação do número de ramais substituídos em relação à quantidade total de ramais. Assim, temos a expectativa de que esse projeto acarretará uma diminuição sensível no índice de perdas da Caesb. A redução de perdas de água no sistema de distribuição envolve uma série de ações entre elas a redução das pressões, a criação dos distritos de medição e controle, a substituição de redes antigas e a troca dos ramais. Dessa forma, só podemos inferir que estamos avançando em etapas importantes no controle das perdas.

Como a Caesb decidiu quais áreas seriam beneficiadas? Para esse projeto, foram priorizados ramais presentes em áreas que apresentam maior pressão estática na rede e maior ocorrência de arrebentações de ramais prediais (incidências de ocorrências), bem como unidades com mais reincidência de ocorrências de consertos nos ramais, aliados à idade desses ramais.

Quanto está sendo investido nessas obras e de onde vêm os recursos? Qual a previsão do término dos serviços? Os recursos necessários para esses investimentos são próprios e estão alocados nos contratos de manutenção da companhia. Está prevista a substituição de 20.360 ramais, podendo chegar até a 30 mil. O valor previsto de investimento é de R$ 5.744.697,05.

ENTREVISTA COM O DIRETOR DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DA CAESB, CARLOS EDUARDO BORGES PEREIRA

Qual a importância da substituição de ramais de água para a Caesb? Grande parte das perdas por vazamentos não visíveis ocorrem nos ramais, que são os pontos de ligação entre a rede de distribuição de água e o hidrômetro de cada unidade consumidora. Isso provoca perdas significativas de água. Vale ressaltar que vários ramais de água atingiram o prazo de vida útil, sendo, portanto, necessária a substituição. É importante relatar que essa ação está prevista como meta a ser atingida pela Caesb, conforme Plano Distrital de Saneamento Básico do Distrito Federal (PDSB).

Quais são os benefícios diretos para a população? Com essa substituição de ramais, a população ganha com o aumento da disponibilidade do fornecimento de água, pois será possível diminuir as manutenções

Arquivo Caesb

O Plano prevê a substituição de mais de 20 mil ramais prediais de água

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA QUE ABASTECE O CEARÁ É DESTAQUE NACIONAL

Por: Eva Silva

O **MINISTÉRIO DA SAÚDE DESTACOU O ESTADO DO CEARÁ COMO REFERÊNCIA NACIONAL NO CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA** distribuída à população. O estado atingiu todas as metas do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiágua), do Ministério da Saúde. Das quatro metas alcançadas, uma posicionou o Ceará no primeiro lugar do ranking nacional, ao lado de Santa Catarina, sendo os únicos a cumprirem integralmente a inclusão dos dados de vigilância.

O controle de qualidade da água no estado é realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Para tanto, a companhia utiliza um sistema que repassa instantaneamente os dados exigidos pela pasta. Isso ajuda a Cagece a otimizar o processo de repasse dos dados de qualidade para os órgãos fiscalizadores.

O sistema informatizado dos dados ligado ao Laboratório Central da Cagece foi integrado ao sistema Vigiágua da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde.

Para viabilizar essa integração, houve uma parceria entre duas áreas da companhia: a Gerência de Controle da Qualidade do Produto e a Gerência de Tecnologia da Informação e da Comunicação.

"Essa integração foi concluída em agosto de 2020. Antes dessa data, a inclusão acontecia manualmente, no próprio Vigiágua, pelos supervisores de controle da qualidade da Cagece. Após a adequação do nosso sistema, esses dados são todos passados imediatamente. Na hora em que a gente lança, o nosso sistema exporta para o sistema do Ministério da Saúde", informou Milena de Oliveira, gerente da Gecoq.

Para a superintendente de Controle da Qualidade, Neuma Buarque, esse resultado reflete o cumprimento das exigências de cadastro das informações do monitoramento da qualidade da água que a Cagece oferta para seus clientes. "Sempre cumprimos rigorosamente os prazos de alimentação das informações e os planos de amostragem validados pela Vigilância Sanitária. Para mim, isso traduz nosso respeito e compromisso com a saúde dos cearenses e meu orgulho de fazer parte desse propósito, que é promover a saúde da nossa população", disse.

Garantia de qualidade | O sistema é alimentado mensalmente. Os dados são relacionados às formas de abastecimento dos municípios no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Siságua), um dos principais instrumentos do Vigiágua. Por meio desse sistema, são acompanhados o cumprimento do monitoramento e os resultados dos parâmetros que aferem a potabilidade da água.

No Ceará, o Vigiágua é coordenado e acompanhado pela Célula de Vigilância Ambiental da Secretaria da Saúde (Sesa).

Arquivo Cagece

O Laboratório Central da Cagece foi integrado ao sistema Vigiágua, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

MESMO COM PANDEMIA, CASAL AUMENTA PRODUÇÃO DE ÁGUA EM ALAGOAS

Companhia forneceu 156 bilhões de litros de água tratada em 2020, beneficiando cerca de 2 milhões de alagoanos em 77 cidades

Por: Assessoria de Comunicação da Casal

APESAR DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, OS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS (CASAL) não paralisaram suas atividades em 2020, as quais são essenciais à vida e à saúde das pessoas. A companhia, inclusive, aumentou a produção de água em relação a 2019, fechando 2020 com um total de 156 bilhões de litros captados, tratados e distribuídos tanto na capital, Maceió, quanto no interior.

Somente na capital, a produção de água ficou em 71.513.014.020 litros, enquanto que nos demais 76 municípios a soma é de 84.659.691.260 litros, incluindo-se neste montante os sistemas coletivos do Agreste, Bacia Leiteira e Sertão.

No ano de 2019, a água produzida na capital e no interior ficou na casa de 152.188.300.200 litros, 69.793.800.100 litros e 82.394.500.100 litros, respectivamente.

Os dados refletem a dedicação dos funcionários da empresa, que, mesmo diante da pandemia, não pararam de trabalhar para garantir o abastecimento de água de qualidade e coleta de esgoto sanitário à população de 77 municípios de Alagoas, beneficiando cerca de 2 milhões de alagoanos.

Segundo o presidente da Casal, Clécio Falcão, o fornecimento de água está sendo feito de forma contínua e obedecendo a

Arquivo Casal

todos os cuidados de segurança, desde o início da pandemia. "Nossos técnicos trabalham diuturnamente nas estações, nos escritórios e no campo, mantendo todas as regras de higiene contra o coronavírus. Nossa preocupação é manter sempre uma boa produção de água de qualidade para atendermos aos nossos clientes de maneira satisfatória", ressaltou.

Para que a água chegue à casa do consumidor, ela passa por diversas etapas, entre elas a captação, coagulação, floculação, filtração e adição de cloro. Todo o processo é feito por técnicos da companhia com o emprego das mais novas tecnologias de controle e monitoramento, usando as técnicas de espectrofotometria, colorimetria e cromatografia com o que há de mais moderno na pesquisa de íons.

O controle do processo de qualidade, pelo qual se monitoram mais de 27 parâmetros, é feito por cerca de 25 profissionais do laboratório de análise de água e esgoto, que funciona na área da Estação de Tratamento de Água (ETA) Pratagy, em Benedito Bentes, Maceió. Nos outros municípios, as análises são feitas pelos laboratórios instalados em cada unidade de negócio da companhia.

Arquivo Casal

Nossos técnicos trabalham incessantemente nas estações, nos escritórios e no campo. Nossa preocupação é manter a produção de uma água de qualidade", Clécio Falcão, presidente da Casal

Arquivo Casal

Caixa de gordura | Outra ação da Casal que teve continuidade na pandemia foi a orientação aos mais diversos segmentos a respeito da correta instalação e manutenção da caixa de gordura. A companhia, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial de Maceió (Sedet), reuniu gerentes de pousadas, hotéis, bares, restaurantes e síndicos de condomínios para dar orientações sobre o tema.

Em cada ocasião com esses públicos, eram distribuídos exemplares de uma cartilha chamada *Guia prático: caixa de gordura*, elaborada pelos dois órgãos. As reuniões foram realizadas mantendo todos os protocolos de distanciamento social. Já o guia também está disponível no site da companhia em formato digital.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

CASAN IMPLANTA UNIDADE MODELO PARA A "NAMORADINHA DO ATLÂNTICO"

Investimento de R$ 55,7 milhões é mais uma iniciativa para fazer avançar a cobertura de coleta e tratamento de esgotos em Santa Catarina

Por: Assessoria de Comunicação da Casan

EM UM ENCONTRO RESTRITO, COM RESPEITO AOS CUIDADOS DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO À COVID-19, o governo do estado de Santa Catarina e a Casan entregaram o primeiro Sistema Público de Esgotamento do município de Balneário Piçarras.

A inauguração marcou também a primeira obra de saneamento no estado concretizada a partir de investimentos obtidos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), que financia sistemas de esgotamento sanitário no litoral catarinense.

Principalmente por esse motivo, a cerimônia foi transmitida ao vivo pelas redes sociais para permitir o acompanhamento on-line de técnicos da agência japonesa lotados em São Paulo, Brasília e Tóquio, que mereceram uma menção especial e um agradecimento na fala do governador Carlos Moisés da Silva.

A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Piçarras é a mais visível, com uma moderna infraestrutura, composta por 34 quilômetros de redes coletoras, quatro unidades elevatórias e 2.551 ligações domiciliares. O sistema proporciona uma cobertura de, aproximadamente, 50% no município litorâneo já reconhecido com a Bandeira Azul – um símbolo de cuidados ambientais.

Totalmente automatizada, considerada a mais moderna estação de Santa Catarina, a ETE pode ser operada de forma remota e tem capacidade para tratar até 110 litros por segundo de esgoto – o equivalente a 9,5 milhões de litros/dia. O processo de depuração é o terciário, o mais completo e eficaz do ponto de vista ambiental.

Trabalho com o coração | O investimento de R$ 55,7 milhões em mais uma obra da companhia para avançar a cobertura de coleta e tratamento de esgotos em Santa Catarina. "Essa entrega tem um valor especial. É um trabalho que está em nosso coração", disse a presidente da companhia, Roberta Maas dos Anjos. Funcionária do quadro, a engenheira participa, desde 2008, de tratativas com a agência japonesa para operações de crédito, uma negociação complexa que, enfim, se materializa em mais saúde e qualidade de vida para a população de Santa Catarina.

A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Piçarras

Arquivo Casan

Arquivo Casan

"Essa entrega tem um valor especial. É um trabalho que está em nosso coração", Roberta Maas dos Anjos, presidente da Casan

Arquivo Casan

Arquivo Casan

OBRAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ANDAMENTO

>> ARAQUARI
SES Itinga
>> BALNEÁRIO BARRA DO SUL
>> CHAPECÓ
SES Efapi
>> CURITIBANOS
>> CRICIÚMA
SES Grande Próspera
SES São Luiz
>> FLORIANÓPOLIS
SES Ingleses/Santinho
SES Saco Grande
SES Insular (ampliação)
SES Rio Tavares
>> IBIRAMA
>> INDAIAL
SES Tapajós
>> IPIRA-PIRATUBA
>> LAURO MÜLLER
>> RIO DO SUL

PROJETANDO O FUTURO, CORSAN ATUALIZA POSICIONAMENTO DE MARCA

Mudança é inspirada pela nova meta de universalização do saneamento trazida pelo Marco Legal

Por: Assessoria de Comunicação da Corsan

AOS 54 ANOS, A COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN) se reposicionou e assumiu integralmente seu novo propósito, alinhado aos desafios contemporâneos. "Evoluir nos define" é o conceito que expressa essa transformação que extrapola a mudança de imagem e se consolida como um avanço na cultura da empresa. A nova identidade foi lançada oficialmente no dia 13 de dezembro, por meio de comercial veiculado na televisão.

Ele condensa o alinhamento das respostas aos desafios contemporâneos e futuros, sempre solidamente fundamentadas em mais de meio século de experiência em saneamento básico. Esse processo atualiza para um novo patamar as mais de cinco décadas dedicadas a entregar um serviço de qualidade, melhorar o fornecimento de água e ampliar o tratamento de esgoto. A partir de agora, a companhia assume coordenadamente para o público interno e externo a transformação que já estava vivenciando, com a aceleração de entregas, o investimento em novas tecnologias e novos negócios e o seu posicionamento como empresa de soluções ambientais.

A partir de 13 de janeiro, essa nova imagem passou a estar presente no cotidiano dos gaúchos, principalmente nos 317 municípios onde a empresa atua. Para marcar esse passo, uma campanha de divulgação nos principais meios de comunicação do estado apresenta esse novo conceito, uma imagem ligada à sustentabilidade e inovação com dinamismo e fluidez.

Shutterstock / Corsan

O vídeo do novo posicionamento está disponível no canal oficial da empresa no YouTube

Evolução permanente | O reposicionamento da Corsan ocorre em um momento crucial de grandes transformações e desafios globais, com a crise sanitária do novo coronavírus e os problemas ambientais. Em âmbito nacional, a modificação que o atual Marco Legal do Saneamento pressupõe para o setor cobra uma maior agilidade das companhias no cumprimento da meta de universalização do saneamento no Brasil em 2033, além de ampliar a competitividade do mercado. Esse panorama requer soluções diferenciadas, inclusive abrindo a oportunidade de entrar em novos mercados.

Internamente, a Corsan já estava vivendo uma transformação nos seus processos de governança e no redesenho de seus serviços e produtos, incluindo fortemente a inovação, o dinamismo e o olhar estratégico para imprimir mais eficiência nas respostas da empresa. Entre os procedimentos implicados estão a qualificação das formas de contratação, de auditoria, de governança e de comunicação com os diversos públicos.

Imagem e marca | Fruto dessa evolução de conceito, o logotipo da empresa também se transforma. A nova marca nasce muito mais leve, moderna e minimalista. Ao mesmo tempo em que preserva a sua genética, anuncia uma nova Corsan. Uma empresa que integralmente se coloca como solução ao atual cenário e com capacidade para trabalhar com futuros desafios.

A renovação de posicionamento foi desenvolvida pela Corsan, em parceria com a empresa Brívia Dez, e pode ser conferida nos materiais de divulgação e nas mídias sociais da companhia. Esse foi um processo de muita coleta de informação e estudo, que inaugura um novo momento para a Corsan, para a população atendida, para seus mais de 5 mil colaboradores e para o governo do estado do Rio Grande do Sul. O vídeo do novo posicionamento está disponível em: youtube.com/oficialcorsan.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO BAIRRO JABOTIANA CONTRIBUIRÁ PARA A DESPOLUIÇÃO DO RIO POXIM

Em seis meses, a unidade operacional estará em pleno funcionamento e atenderá milhares de moradores da região

Por: Assessoria de Comunicação da Deso

REMOVER OS POLUENTES DA ÁGUA UTILIZADA PELA POPULAÇÃO E DEVOLVÊ-LA AOS CORPOS HÍDRICOS TRATADA E EM BOAS CONDIÇÕES, conforme as exigências da legislação e dos órgãos ambientais, é a principal função de uma Estação de Tratamento de Esgoto, cujos resultados proporcionam impactos diretos na saúde das famílias e, principalmente, no equilíbrio dos ecossistemas do planeta. Nos próximos seis meses, cerca de 120 mil moradores do bairro Jabotiana, especificamente dos conjuntos Sol Nascente, JK, Santa Lúcia e anexos da região do bairro Aloque, bem como dos imóveis construídos às margens da Avenida Tancredo Neves, precisamente nas imediações do Detran até a Faculdade Pio X, terão o esgoto doméstico tratado, fator crucial para a despoluição do Rio Poxim, que banha a região.

A obra do sistema de esgotamento sanitário (SES) foi realizada pelo governo do estado em parceria com a Deso

Arquivo Deso

Construída pelo governo do estado, por meio da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), simultaneamente à obra do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), que está sendo executada no bairro, a estação de tratamento fica ao lado da Lagoa Doce (curso d'água artificial formado ao longo dos anos no local, onde se concentrava um grande areal). Ela possui 3.500 metros quadrados de edificação, em uma área de 54 mil metros quadrados, sendo constituída por dois digestores anaeróbicos de fluxo ascendente (Dafa), um tanque de aeração, um decantador, dois leitos de secagem e duas estações elevatórias, além de pavimentação granítica em seu entorno. Uma vez em funcionamento, receberá todo o esgoto doméstico da região, fará o tratamento devido e o lançará 100% tratado no Rio Poxim.

Serviços | "Apesar da diminuição no ritmo dos serviços na fase inicial em razão da pandemia, e por conta das chuvas acima da média nos meses de maio e junho, o que dificultou os serviços de terraplanagem, imprimimos agilidade nos trabalhos. Já fizemos o plantio da gramínea em volta do espaço e executamos as estruturas de concreto armado da caixa de areia, da estação elevatória e do tanque de aeração, bem como instalamos o decantador, o leito de secagem, o laboratório, o filtro Dafa, a estrutura de desinfecção e os 27 postes de iluminação", detalha o engenheiro civil e fiscal da obra, Edson Barreto.

Ele destaca que, no momento, os profissionais se revezam na execução de serviços para a finalização da obra: "57 operários trabalham na pavimentação do arruamento, na montagem dos equipamentos para as estruturas e das tubulações, de modo que, concluída essa etapa, faremos o plantio das árvores que irão compor o cinturão verde em volta do espaço (nim, ipê amarelo, pau ferro, mini ixora vermelha e eucaliptos). Posteriormente, iniciaremos a fase teste e, provavelmente, em maio de 2021, a estação estará em funcionamento", explica.

Arquivo Deso

Meio ambiente | Para o secretário estadual do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, Ubirajara Barreto, a estação de tratamento de esgoto será importante não apenas para o bem-estar da população, mas sobretudo para a preservação do meio ambiente. "Tendo obedecido a todas as exigências ambientais do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e estando devidamente regularizada, no que compete à legislação ambiental, a obra reflete o compromisso do governo do estado com a qualidade de vida dos sergipanos e com a natureza. Somente no bairro Jabotiana foram investidos mais de R$ 100 milhões para o sistema de esgotamento sanitário, dos quais R$ 21.827.059,80 correspondem a essa obra", ressalta.

De acordo com o gerente de Coleta e Tratamento dos Sistemas Regionais da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), Alexandre Jorge Ribeiro, a estação de tratamento do bairro Jabotiana é a 13ª construída pelo governo de Sergipe. "Já operacionalizamos os sistemas de esgotamento sanitário na Barra dos Coqueiros, no Brejo Grande, em Itabaiana, em Itabi, em Lagarto, em Nossa Senhora das Dores, na orla de Canindé de São Francisco, em Pacatuba, na Praia do Saco, em Estância, no Povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhy e em Propriá. Até o final de 2021 e início de 2022, teremos, ainda, a implantação do SES em Ilha das Flores, em Japoatã, em Malhada dos Bois e em São Francisco e a segunda etapa dos sistemas em Cedro de São João, em Gararu, em Lagarto e em Simão Dias, atingindo, assim, um grande percentual da população sergipana", afirma.

POPULAÇÃO DE IPIRÁ JÁ CONTA COM COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

A obra tem capacidade para atender a mais de 28 mil pessoas, o que significa uma cobertura de 70% da rede municipal

Por: Assessoria de Comunicação da Embasa

OS MORADORES DE IPIRÁ, MUNICÍPIO BAIANO QUE SE DESTACA PELA PRODUÇÃO DE COURO E PELO CRESCENTE COMÉRCIO, ganharam mais saúde e qualidade ambiental com o novo sistema de esgotamento sanitário (SES) implantado e operado pela Embasa. Desde outubro, quando foi inaugurado, a população conta com o serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação segura do efluente tratado. A ligação dos domicílios ao sistema é a forma mais eficaz de evitar a propagação de doenças de veiculação hídrica e a poluição dos rios e do solo por lançamento de esgoto bruto no meio ambiente.

Atualmente, mobilizadores sociais estão visitando todos os imóveis para notificar os responsáveis sobre a disponibilidade do ponto de ligação do esgoto doméstico na rede pública coletora e solicitar que todos liguem seus imóveis ao novo sistema, pois é obrigatório, de acordo com a legislação do saneamento básico.

"Temos, na região de Ipirá, corpos hídricos importantes, como Riacho do Sossego, Riacho do Mocó, Riacho do Jacaré e Rio do Peixe, todos afluentes do Rio Paraguaçu, o maior rio que corre em território exclusivamente baiano", destaca Gustavo Magalhães, gerente da unidade regional da Embasa em Itaberaba, que abrange a região de Ipirá.

Com investimento de R$ 40 milhões, o novo SES Ipirá é composto por mais de 55 mil metros de rede coletora, duas estações elevatórias e quatro lagoas para tratamento dos resíduos. A estrutura tem capacidade para atender mais de 28 mil pessoas, o que significa uma cobertura de 70% da rede municipal, quando todos os imóveis da região estiverem ligados. Hoje, já são mais de 3 mil imóveis ligados, e a Embasa está em campo para que mais moradores tenham acesso ao sistema de esgotamento sanitário. Nos próximos anos, a Embasa implantará mais redes no município de forma a atingir uma cobertura de 90% de atendimento, como determina o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.

"A implantação do sistema de esgotamento sanitário traz benefícios diretos para Ipirá. O esgoto, que antes era lançado por alguns moradores indevidamente na rede de drenagem de água de chuva ou diretamente no solo, agora é coletado e direcionado, pela Embasa, ao devido tratamento e disposição final do efluente, tratado dentro dos parâmetros exigidos pela legislação ambiental. Além dos ganhos ambientais proporcionados pelo SES de Ipirá, destacamos os impactos positivos na saúde e na qualidade de vida das pessoas. E esse é o compromisso da Embasa: melhorar a vida das pessoas, preservar o meio ambiente e contribuir para o desenvolvimento do estado de forma sustentável", ressalta Gustavo Magalhães.

ERRATA

Na edição 36 da Revista Sanear, o artigo da Embasa abordou as ações que garantem a conservação e a segurança das barragens operadas pela companhia, como a de Brumado, por exemplo. Entretanto, a ilustramos equivocadamente. A seguir, a imagem correta da barragem de Brumado.

Arquivo Embasa

Arquivo Embasa

Novo sistema de esgotamento sanitário (SES) em Ipirá

SANEPAR ENTRA PARA LISTA DO ÍNDICE CARBONO EFICIENTE DA BOLSA DE VALORES

Carteira tem relação com sustentabilidade, economia de baixo carbono e combate a mudanças climáticas

Por: Assessoria de Comunicação da Sanepar

PELA PRIMEIRA VEZ, A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR) passa a integrar a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). A empresa está entre as 100 com mais ações negociadas na Bolsa e submeteu seus inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) à B3. O Índice tem relação clara com sustentabilidade ambiental, ações de descarbonização da economia e combate às mudanças climáticas.

Segundo o diretor de Meio Ambiente da empresa, Julio Gonchorosky, a estreia da Sanepar no ICO2 deve-se ao comprometimento público da companhia com a transparência de suas emissões de carbono e às permanentes ações no sentido de reduzir o impacto gerado por elas. "O reconhecimento da Bolsa de Valores vem ao encontro dos esforços da Sanepar em produzir o inventário anual sobre os GEE relacionados às suas atividades, à redução na emissão de gases de efeito estufa e às ações da empresa para a conversão dos GEE em energia, por exemplo", diz.

Gonchorosky lembra que a Sanepar é signatária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Meta 13 está direcionada a ações de combate às mudanças climáticas, uma das preocupações relacionadas à produção de GEE.

Índice | O ICO2 existe desde 2010 e é um dos índices de sustentabilidade criado em parceria entre a BM&FBOVESPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atualmente, tem ações de 58 companhias, sendo elas de 22 setores diferentes, com cerca de R$ 3,3 trilhões em valores de mercado. Todas as instituições que participam do ICO2 devem aderir formalmente à iniciativa e reportar dados de seu inventário anual de gases do efeito estufa à B3.

Desde seu surgimento, a performance do ICO2 foi de 153,85% contra 82,69% do Ibovespa (base de fechamento em 30/12/2020). No mesmo período, o índice teve menor volatilidade: 24,52% do ICO2 contra 25,39% do Ibovespa.

Arquivo Sanepar

Preservação do meio ambiente coloca Sanepar na lista de sustentabilidade da Bolsa de Valores

Shutterstock

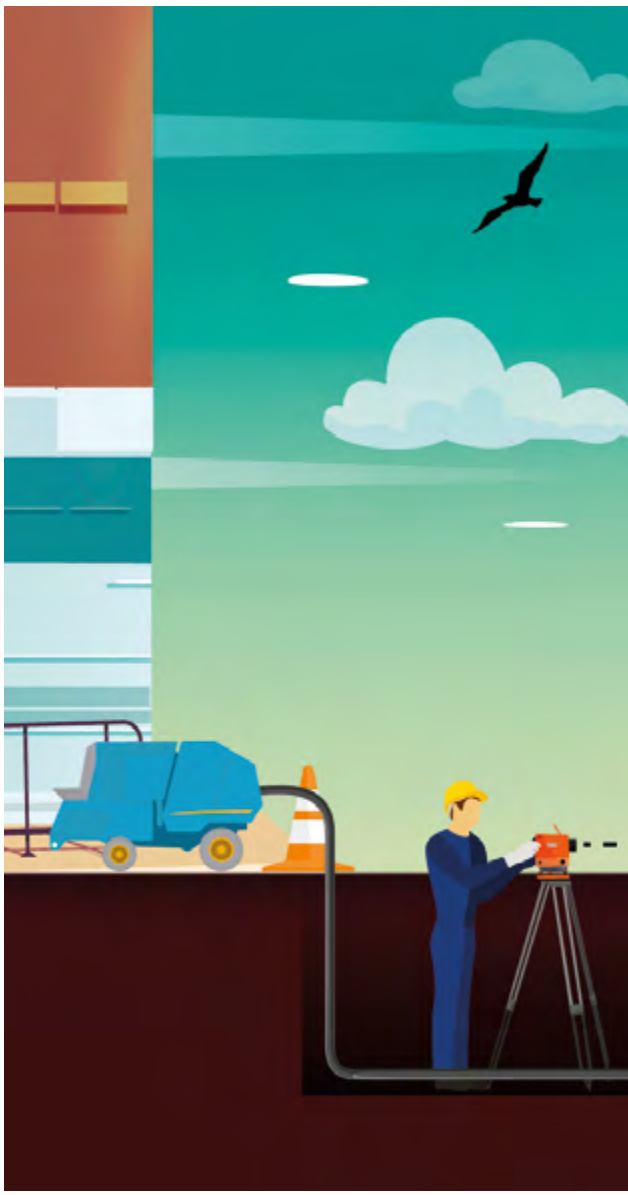
SANEAGO INTENSIFICA USO DO MÉTODO NÃO DESTRUTIVO EM MANUTENÇÕES OPERACIONAIS

Procedimento moderno para instalações e reparos em tubulações reduz custos e minimiza danos ambientais e transtornos à população

Por: Marcéli Faleiro

DESDE 2019, AS EQUIPES OPERACIONAIS DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. têm intensificado o uso do método não destrutivo em manutenções, para a retirada de vazamentos e execução de novas ligações de água. Ao contrário do método convencional de abertura de extensas valas para realização desses serviços, o método não destrutivo é, justamente, uma alternativa para evitar escavações, bem como a quebra de calçadas e vias.

Entre as vantagens, além da redução dos transtornos à população, estão a precisão nos trabalhos, a menor interferência no trânsito, a facilitação da recuperação asfáltica e o baixo impacto ambiental, devido ao volume da escavação, que é mínimo. O procedimento é importante, especialmente, no caso de ruas muito movimentadas, pois possibilita que o serviço seja feito de forma subterrânea, com apenas dois pequenos furos – um próximo à porta do cliente e outro acima da rede, no caso de ligações de água.



"É uma tecnologia em ascensão, que otimiza o nosso trabalho e proporciona resultados com alta qualidade de acabamento. Nossa expectativa é de que seu uso seja ainda ampliado no próximo ano", pontua o diretor de Produção da Saneago, Mauro Lessa. Ele explica que, para iniciar a implementação do método, a companhia realizou previamente uma série de pesquisas e testes. Desde então, os equipamentos necessários foram sendo adquiridos e sua utilização veio crescendo rapidamente.

Em 2019, com o sistema em fase de testes, houve apenas 22 serviços realizados com o novo método. Em 2020, até o mês de novembro, já haviam sido mais de 2.250 – com atividades executadas em cidades como Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Itumbiara, Rio Verde e Valparaíso de Goiás. Segundo o diretor, a meta é de que esse número seja, no mínimo, quatro vezes maior em 2021 e que, até 2023, a maioria dos serviços da companhia seja executada por meio do método não destrutivo.

Sobre o caráter técnico do procedimento, Lessa ressalta que o principal maquinário em questão é a perfuratriz pneumática, mas lembra que o processo envolve um conjunto de ações: melhoria na sinalização, corte regular do asfalto, escavação e compactação adequadas e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs), bem como uniformização das equipes, estando "a segurança sempre em primeiro lugar".

"É uma tecnologia em ascensão, que otimiza o nosso trabalho e proporciona resultados com alta qualidade de acabamento", afirma Mauro Lessa, diretor de Produção da Saneago

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR E COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

CASAN E SANEPAR: PARCEIRAS PELO SANEAMENTO EM RIO NEGRO E EM MAFRA

Companhias de saneamento buscam atuação ambiental conjunta para as duas cidades

Por: Assessoria de Comunicação da Casan e Sanepar

NA DIVISA ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA ESTÃO AS CIDADES DE RIO NEGRO E MAFRA, formando um único aglomerado urbano. Melhorar o saneamento naquela região exige planejamento e ações integradas, que estão sendo estudadas numa parceria institucional e operacional inédita da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan).

Entre as ações projetadas estão a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Mafra, a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Rio Negro e o desassoreamento do Rio Nego e de seus afluentes e a recuperação de matas ciliares do manancial, além da implementação de ações de sensibilização ambiental.

Avaliações preliminares entre técnicos das duas empresas e os presidentes Claudio Stabile, da Sanepar, e Roberta Maas dos Anjos, da Casan, apontaram que a estrutura de tratamento

Arquivo Casan

Arquivo Casan/Sanepar

Reunião de trabalho com os presidentes das companhias estaduais de saneamento

Arquivo Casan

Entre as ações previstas, estão a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Mafra e a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Rio Negro

da Sanepar pode vir a complementar a implantação do sistema de esgotamento que a Casan está liderando em Mafra, enquanto a companhia catarinense poderá contribuir para o aumento no volume de água disponibilizada para o município de Rio Negro.

Os prefeitos eleitos das duas cidades, Emerson Maas, de Mafra (SC), e Jaime Valério, de Rio Negro (PR), participaram da primeira reunião de trabalho com os presidentes das companhias estaduais de saneamento, para alinhar ações conjuntas de saneamento nas duas cidades.

Termo de compromisso | No início de 2020, Casan e Sanepar assinaram um termo de compromisso na sexta rodada do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), realizado em Foz do Iguaçu.

Na ocasião, os governadores de ambos os estados destacaram a possibilidade de dividirem esforços e otimizarem investimentos, a fim de proporcionarem mais saúde e qualidade de vida aos moradores de toda a região de divisa.

A parceria firmada entre a Sanepar e a Casan contempla atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e, inclusive, a possibilidade de compartilhamento de instalações, bem como de ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

"A Sanepar já opera em Santa Catarina, e essa parceria pode trazer benefícios para a população dos dois estados", reforça o presidente da Sanepar, Claudio Stabile. Para a presidente da Casan, Roberta Maas dos Anjos, "a relação estabelece um intercâmbio permanente de experiências e de conhecimento tecnológico e estimula a integração operacional".

Mesma identidade | Sempre ressaltando que a "identidade com a Sanepar é natural e forte", a presidente da Casan mostra-se entusiasmada com a inovação da integração e a possibilidade de agregar forças de duas companhias sólidas e com ampla expertise do mercado. "A relação estabelece um intercâmbio permanente de experiências e de conhecimento tecnológico e estimula a integração operacional", diz Roberta.

Shutterstock

SAÚDE MENTAL

Terapias, medicamentos e práticas saudáveis são fatores que contribuem para mitigar os problemas da mente

O **ÚLTIMO ANO SERÁ LEMBRADO COMO UM DOS MAIS MARCANTES DAS ÚLTIMAS DÉCADAS**. A pandemia mudou o mundo, ceifou milhares de vidas e despejou na sociedade o fardo mental que é lidar com o "novo normal". Nesse aspecto, o isolamento social, as sequelas econômicas e as mudanças de comportamento podem levar mais tempo para serem superados do que a própria Covid-19. Pesquisa do Ministério da Saúde sobre a saúde mental da população durante o enfrentamento do coronavírus revelou que a ansiedade é o transtorno mais presente para 86,5% entre os entrevistados. Além disso, 45,5% afirmaram ter transtorno de estresse pós-traumático e 16% das pessoas apresentaram sintomas da depressão em sua forma mais grave. Os resultados foram levantados a partir de questionário on-line. Outro estudo, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontou que os casos diagnosticados de ansiedade e depressão praticamente dobraram durante o isolamento – o primeiro saltou de 4,2% para 8%; e o segundo, de 8,7% para 14,9%. A estimativa é de que a depressão assole 11,5 milhões de brasileiros enquanto os distúrbios relacionados à ansiedade atinjam 18,6 milhões, aproximadamente. Maria de Fátima Silva, 65 anos, sabe o quanto a pandemia alterou seu psicológico. A professora aposentada mantinha uma vida ativa, com prática de atividades físicas, aulas de piano e trabalho autônomo como psicopedagoga. "Quase que do dia para a noite, todas as atividades que me davam prazer foram proibidas. Não podia ver meus netos e filhos, sequer podia sair de casa. Enfrentei um vazio existencial que nunca havia sentido", conta.

A psicóloga e psicanalista Camilla Velasco da Silva cita o termo "nova economia psíquica", cunhado pelo psicanalista francês Charles Melman, para analisar as características da sociedade moderna que levam ao desenvolvimento cada vez maior de transtornos mentais. Segundo a psicóloga, o conceito é "marcado por perda de referências, prazer a qualquer preço e sua exibição, e busca incessante da felicidade por meio de objetos de satisfação imediata, que acabam por jogar a pessoa na depressão. Embora seja prometida pelas mídias e redes sociais, essa satisfação, na verdade, é impossível de ser alcançada em sua completude. Assim, em um cenário de pandemia e isolamento, essa necessidade latente é subitamente cessada, o que leva muitas pessoas a terem doenças mentais", afirma.

Transtornos da modernidade | Nesse contexto, a especialista aponta que as doenças mentais estão cada vez mais presentes, mas é preciso reconhecê-las e buscar a ajuda correta, de forma a evitar uma vulgarização na análise. "Especialmente durante a pandemia, o diagnóstico de depressão tem sido muito banalizado, tendo como consequência a medicalização da tristeza e do luto, o que fragiliza uma pessoa e impossibilita a sua cura mediante recursos próprios, alcançados no processo de elaboração e ressignificação de suas vivências dolorosas", explica.

Segundo Camilla, essa generalização aprisiona as pessoas à medicação "pela necessidade humana de dar nome àquilo que se quer compreender; em razão da urgência das pessoas em buscar soluções para seu sofrimento psíquico, almejando o alívio imediato; e, ainda, em consequência da postura de profissionais que dedicam tempo insuficiente para proporcionar uma escuta que faça diferenciação entre a dor que revela uma tristeza comum à de um transtorno mental mais grave", completa.

Gabriela Matheus tem 28 anos, é servidora pública e afirma que já teve depressão duas vezes. Até hoje, apesar de se sentir bem, segue na psicoterapia e toma remédios diariamente. A primeira manifestação

da doença foi na reta final da faculdade. Ela começou a se sentir muito ansiosa, não conseguia dormir nem comer direito. A tristeza era algo permanente, sem motivo algum, a vontade era de não fazer nada, só ficar em casa dormindo ou quieta. Foi quando decidiu buscar ajuda. "Eu me sentia assim: inútil. Eu não conseguia ver valor em nada do que eu fazia, não conseguia ter qualquer tipo de amor próprio. Minha autoestima e todo o resto estavam péssimos. Sentia que não fazia diferença estar aqui ou não", descreve.

A jovem primeiro começou a fazer sessões de psicoterapia. Depois, por indicação da psicóloga que a atendia, procurou um psiquiatra. Procedimento correto, de acordo com a médica psiquiatra Débora Araújo Ramos. "O tratamento de transtornos mentais deve ser multidisciplinar. Quando você trata um paciente, não adianta apenas o medicar. É preciso buscar mudança no estilo de vida, terapia com psicólogo, terapia ocupacional, assim como atividade física. São as práticas saudáveis que fazem a diferença."

Débora acrescenta que o ritmo de vida e as fortes cobranças da sociedade também trazem influências que podem ser prejudiciais à saúde mental, mesmo em um cenário pré ou pós-pandemia. "Hoje em dia, a gente tem, no mercado de trabalho, uma competitividade muito maior e o índice de desemprego está enorme. De um modo geral, o cotidiano está cobrando mais, as pessoas estão sofrendo mais. Está tudo muito exaustivo. É o caso da síndrome de *burnout*, que é justamente essa exaustão no local de trabalho", diz.

Segundo ela, existem dados que afirmam que aproximadamente 50% dos trabalhadores já tiveram falta no trabalho ou fatores ligados ao estresse, seja ele decorrente de ansiedade, de depressão ou de crise de pânico. Outro estudo citado pela psiquiatra mostra que 20% dos trabalhadores alegam estar infelizes no que fazem. "A gente tem muitas obrigações. O adulto tem que cuidar da casa, dos filhos, da questão financeira etc. Tudo isso somado pode ocasionar problemas sérios", explica.

Além da terapia e dos medicamentos, Gabriela chegou a fazer acupuntura e pilates, e afirma que tem adotado práticas saudáveis que a ajudam a manter sua saúde mental. "Tenho tentado fazer coisas de que eu gosto, sair com meus amigos, sair com a minha família. Voltei para Brasília, minha terra natal, exatamente porque minha saúde mental não estava bem. Esportes, qualquer um que seja, eu acho essenciais. Movimentar o corpo, acordar de manhã e fazer uma respiração mais prolongada, alguma coisa para você se conectar com o seu interior e desafogar um pouco o estresse que você passa", detalha ela. Para ajudar outras pessoas que tenham ou possam vir a ter problemas mentais, Gabriela recomenda: é preciso viver um dia de cada vez. Segundo ela, o excesso de expectativas em relação ao futuro, à cura de uma doença ou a outras situações que gerem ansiedade ou frustrações podem atrapalhar o processo de melhora. "É um dia de cada vez", finaliza.

PRÁTICAS DIÁRIAS PARA UMA BOA SAÚDE MENTAL

- Tenha uma alimentação saudável
- Pratique atividades físicas com regularidade
- Tenha uma boa rotina de sono
- Reserve um tempo para você: tenha atividades de lazer e busque o autoconhecimento
- Esteja em contato com a natureza
- Encontre a felicidade além das redes sociais

ESTUDOS COMPROVAM

Embora existam tratamentos eficazes, o problema está aumentando, de acordo com a OMS

+20%

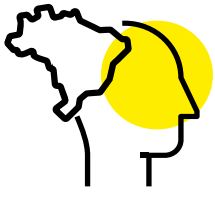
Foi o aumento do número de casos de depressão entre 2005 e 2015

10x mais

São as chances de pessoas nascidas depois de 1945 terem depressão

322 milhões

É o número de pessoas com o diagnóstico no mundo inteiro – quase a população dos EUA



11,5 milhões

É a quantidade de pessoas atingidas por esse mal no Brasil – só a cidade de São Paulo tem 12 milhões de habitantes

2030

Será o ano em que a doença será a mais comum no mundo

Fonte: OMS (Organização Mundial de Saúde)

OPINIÃO

Samuel Moreira
Deputado federal (PSDB-SP) desde 2015, relator da reforma da Previdência na Câmara e membro da comissão que estuda o Novo Marco Regulatório do Saneamento

Agência Câmara

SANEAMENTO NA RETOMADA DA ECONOMIA

A PANDEMIA DA COVID-19 ACABOU ADIANDO UMA SÉRIE DE NOVIDADES SOBRE O SANEAMENTO NO BRASIL, após aprovação e sanção do novo marco legal do setor. As mudanças visam a reverter os péssimos indicadores brasileiros, agregar recursos privados e assegurar mais eficiência na operação e universalização dos sistemas.

A crise de saúde pública levou ao adiamento de leilões e contratações de novas obras. Porém, isso acabou por escancarar ainda mais as condições insalubres sob as quais vive parte considerável da nossa população.

Cerca de 100 milhões de pessoas não têm coleta de esgoto, pois faltam investimentos. A universalização do saneamento é um imperativo de saúde pública, de meio ambiente e de dignidade dos brasileiros. Para isso, seriam necessários investimentos de R$ 20 bilhões a cada ano até 2033, o dobro da média dos últimos anos.

Um dos fatores para aumentar os investimentos é a tarifa paga pelos serviços. É preciso acabar com a prática de tarifas não realistas. Essas devem ser justas e transparentes, além de e levar em conta o custo real e os investimentos para universalizar os serviços em determinada localidade. Caso a comunidade não seja capaz de sustentar a tarifa, o subsídio deve ser claro, e sua fonte orçamentária definida com transparência.

O setor público vive graves restrições financeiras, o que tornam imprescindíveis tarifas realistas para o financiamento do setor. A Agência Nacional de Águas (ANA) deve cumprir esse papel a partir da nova lei, estabelecendo normas de referência para a regulação do setor.

O município é, de acordo com a Constituição, o titular do serviço – e isso deve ser respeitado, ressalvadas as regiões metropolitanas que possuem a titularidade compartilhada entre estados e municípios.

Há municípios que não têm escala para financiar os serviços. A proposta de blocos regionais é a melhor opção para operar com escala e compor tarifas que remunerem os serviços e investimentos, mesmo que os municípios não sejam contíguos.

Estimular blocos de municípios reduz tarifas impagáveis em cidades menores. Isso evita subsídios com recursos de outros impostos.

É preciso também viabilizar investimentos privados nos serviços de saneamento. É fundamental tornar as empresas públicas superavitárias e as obrigar a abrir seus capitais, fortalecendo sua governança e transparência e captando recursos para novos investimentos.

Shutterstock

Das 26 empresas estaduais de saneamento, apenas quatro possuem o capital aberto. Há empresas públicas com excelentes resultados, como a Sabesp, em São Paulo, e Sanepar, no Paraná, mas a maioria apresenta deficit. Precisamos criar parâmetros de gestão e cobrar resultados. Não é possível que uma estatal administre mais de 100 mil ligações, atue como um monopólio e seja deficitária.

Outra ação para atrair o capital privado é estabelecer subdelegação de contratos e parcerias público-privadas (PPPs). Estas devem ser priorizadas para novos projetos de saneamento em todo o Brasil.

A atração de capital privado e a contratação de obras em todo o Brasil fará diferença na economia brasileira do pós-pandemia. Nesse caso, o saneamento pode ser um grande impulsionador na retomada.

No futuro, a livre concorrência vai garantir a prestação de melhores serviços. A nova legislação deve prever que sejam contratados por meio de licitações. Mas é preciso organizar a transição, pois há contratos de programa em vigor, e eles devem ser cumpridos, já que a segurança jurídica é um dos pilares para o sucesso desse processo.

Em que pesem os eficientes contratos em andamento, há empresas que operam sem isso. Contudo, é fundamental que a situação seja regularizada e se estabeleçam objetivos, prazos, valores e metas.

Devemos ter tolerância zero com estatais que não se adequarem em curto espaço de tempo às novas regras. O descumprimento da lei deve levar à extinção dos contratos e à obrigação de licitar o sistema.

Os recursos provenientes de abertura de capital ou de alienação de empresas públicas devem ser alocados, preferencialmente, para o setor, evitando sua utilização apenas para a recuperação fiscal de estados ou municípios. A legislação deve fortalecer o planejamento, a qualidade dos serviços, a segurança jurídica, a tarifa, a concorrência, a regulação e a universalização.

icom

ANUNCIE AQUI

e faça parte da principal publicação sobre saneamento do País

Um novo exemplar a cada 3 meses

12 anos no mercado editorial

4 mil inscritos no último ano para o recebimento da versão on-line

10 mil exemplares de circulação nacional

Solicite o seu mídia kit: (61) 3022-9600 – www.aesbe.org.br
comunicacaoeimprensa@aesbe.org.br

Acompanhe o trabalho da Aesbe e de suas associadas no site: aesbe.gov.br

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

Saneamento forte para todos

CARTILHA DA AESBE ORIENTA AS COMPANHIAS ESTADUAIS PARA ATUAÇÃO NO NOVO MARCO LEGAL

A legislação envolvendo o saneamento mudou. E, para auxiliar as companhias estaduais associadas a compreender como se posicionar diante do Novo Marco Legal, a Câmara Técnica de Gestão Empresarial da Aesbe produziu a cartilha "Entenda o Novo Marco Regulatório: Fluxo de Análises Necessárias ao Direcionamento de Estratégias Empresariais". Ela subsidia as empresas na adaptação a diversos aspectos do novo cenário antes de definir suas estratégias e iniciativas.

CONTEÚDO DA CARTILHA "ENTENDA O NOVO MARCO REGULATÓRIO":

- Etapas para a Adequação Contratual
- Entenda os Vetos
- Fluxo de Atuação das Empresas Estaduais de Saneamento de Acordo com o Novo Marco Legal do Saneamento
- Perguntas e Respostas

Baixe e conheça a cartilha no site da Aesbe ou aponte o celular para o *QR Code* ao lado

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

icom